



**UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI - URCA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA - PRPGP
CENTRO DE EDUCAÇÃO - CE
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO - MPEDU**

SARA RAQUEL DE ALENCAR FERREIRA ULISSES

**DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL: dialogando com o
projeto político-pedagógico e a formação docente**

**CRATO - CEARÁ
2024**

SARA RAQUEL DE ALENCAR FERREIRA ULISSES

DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL: dialogando com o projeto político-pedagógico e a formação docente

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Educação da Universidade Regional do Cariri, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Cícera Nunes

Ficha Catalográfica elaborada pelo autor através do sistema
de geração automático da Biblioteca Central da Universidade Regional do Cariri - URCA

Ulisses, Sara Raquel de Alencar Ferreira

U39d Diversidade Étnico-racial na Educação Infantil: Dialogando com o projeto político-pedagógico e a formação docente / Sara Raquel de Alencar Ferreira
Ulisses. Crato - CE, 2024.

89p. il.

Dissertação. Mestrado Profissional em Educação da Universidade Regional do Cariri - URCA.

Orientador(a): Prof.^a Dr.^a Cicera Nunes

1.Diversidade Étnico-racial, 2.Educação Infantil, 3.Formação docente,
4.Pedagogia Afro-afetiva; I.Título.

CDD: 370.11

SARA RAQUEL DE ALENCAR FERREIRA ULISSES

DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL: dialogando com o projeto político-pedagógico e a formação docente

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Educação da Universidade Regional do Cariri, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação. Área de concentração: Práticas educativas, cultura e diversidade. Sublinha 2 - Patrimônio, Práticas Culturais e Etnias.

Aprovada em: 21/02/2024

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 CÍCERA NUNES
Data: 18/03/2024 10:19:16-0300
Verifique em <https://validar.jf.gov.br>

Prof^ª. Dr^ª. Cícera Nunes (Orientadora)
Universidade Regional do Cariri – URCA

Documento assinado digitalmente
 EDIVONE MEIRE OLIVEIRA
Data: 12/04/2024 13:51:20-0300
Verifique em <https://validar.jf.gov.br>

Prof. Dr^ª. Edivone Meire Oliveira
Universidade Regional do Cariri – URCA

Documento assinado digitalmente
 MARLA VIEIRA MOREIRA DE OLIVEIRA
Data: 13/05/2024 15:08:04-0300
Verifique em <https://validar.jf.gov.br>

Prof^ª. Dr^ª. Marla Vieira Moreira de Oliveira
Universidade Regional do Cariri - URCA

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos maiores presentes que Deus me deu: minhas filhas, Deborah Anny e Ruth Mirelly, pois é por elas e por todas as crianças que tenho lutado por uma sociedade mais justa e igualitária, que respeite nossas relações étnico-raciais e reconheça a riqueza das nossas raízes ancestrais.

Figura 1 - Registro fotográfico das meninas Deborah Anny e Ruth Mirelly



Fonte: Acervo Pessoal

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, pela oportunidade de cursar o Mestrado Profissional em Educação pela Universidade Regional do Cariri - URCA, com apoio da minha orientadora Cícera Nunes, a qual admiro de coração, e ao aconchego da minha família, em especial do meu esposo Thomas Jefferson e das minhas filhas Deborah Anny e Ruth Mirelly.

“Porque dele, e por meio dele, e para ele são todas as coisas.
A ele, pois a glória eternamente. Amém!”
(ALMEIDA, 2011, p. 1147).

Deus está no comando do céu, da terra e do mar
Ele é meu pai verdadeiro, nEle eu posso confiar;
Eu sinto a presença dEle, aqui e em todo lugar
Agradeço ao meu Deus do céu pela capoeira eu poder jogar.
Vamos em frente que atrás vem gente, se hoje eu sou planta, mas já fui semente.
Agradeço aos meus alunos por em mim eles confiar,
Agradeço a minha família por ela me apoiar,
Agradeço também ao meu mestre pela paciência de me ensinar,
E agradeço a todos os amigos que são, cultura popular.
Vamos em frente que atrás vem gente, se hoje eu sou planta, mas já fui semente.

Mestre Chico Ceará

Figura 2 - Registro fotográfico no Terreiro do Mestre Chico Ceará



Fonte: Acervo Pessoal (07 de outubro de 2022 - Visita ao Terreiro do Mestre Gilberto juntamente da Professora Cícera Nunes e turma MPEDU)

RESUMO

A pesquisa aqui proposta configura uma abordagem qualitativa voltada à grupo focal com profissionais de Educação Infantil do Município de Juazeiro do Norte-CE, objetivando investigar como a proposta político-pedagógica da escola pode traçar diretrizes políticas, epistemológicas e pedagógicas para o trabalho com a diversidade étnico-racial na Educação Infantil. Nesse sentido, pretendeu contribuir com a formação docente em virtude do respeito e da valorização à diversidade étnico-racial na EI. A base teórica esteve fundamentada na Lei 10.639/03 e nos valores civilizatórios afro-brasileiros idealizados por Trindade (2005), assim como outras intelectuais que lutam todos os dias de suas vidas por uma educação antirracista: Cavalleiro (2021); Nunes (2021); Silva (2021). Como metodologia, desenvolvemos encontros com um grupo focal composto por 7 (sete) professoras que abraçaram nossa proposta contribuindo com suas experiências de vida, as quais foram relatadas em cartas afro-afetivas ao final desta pesquisa. Em síntese a soma dos encontros resultaram no repensar pedagógico na EI a partir das relações étnico-raciais, assim como ações viabilizadoras dos valores civilizatórios afro-brasileiros no Projeto Político-Pedagógico da EMEI em Juazeiro do Norte-CE.

Palavras-chave: Diversidade étnico-racial; Educação Infantil; formação docente; Pedagogia Afro-Afetiva.

ABSTRACT

The research proposed here configures a qualitative approach, focused on a focus group, with Early Childhood Education professionals from the Municipality of Juazeiro do Norte-CE, aiming to investigate how the school's political-pedagogical proposal can outline political, epistemological and pedagogical guidelines for the work with ethnic-racial diversity in Early Childhood Education. In this sense, it intended to contribute to teacher training by virtue of respecting and valuing ethnic-racial diversity in EI. The theoretical basis was based on Law 10,639/03, and; in the Afro-Brazilian civilizing values idealized by Trindade (2005), as well as other intellectuals who fight every day of their lives for an anti-racist education: Cavalleiro (2021); Nunes (2021); and Silva (2021). As a methodology, we developed meetings with a focus group composed of 7 (seven) teachers who embraced our proposal, contributing with their life experiences, which were reported in afro-affective letters at the end of this research. In summary, the sum of the meetings resulted in a pedagogical rethinking in EI based on ethnic-racial relations, as well as actions that enable Afro-Brazilian civilizing values in the EMEI Political-Pedagogical Project in Juazeiro do Norte-CE.

Keywords: Ethnic-racial diversity; Child education; Teacher training; Afro-Affective Pedagogy.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – População ocupada por cor ou raça – Brasil, 2018	21
Gráfico 2 – Quantidade de professoras da EMEI com formação em ERER	41

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Bancos de dados da pesquisa	27
Tabela 2 - Encontros Grupo Focal – 2023	31
Tabela 3 - Relatos docentes das situações vivenciadas com as crianças na EMEI	51
Tabela 4 - Percepções das docentes sobre a Pedagogia Afro-Afetiva na EI	56

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Registro fotográfico das meninas Deborah Anny e Ruth Mirelly	05
Figura 2 - Registro fotográfico no Terreiro do Mestre Chico Ceará	06
Figura 3 - Registro fotográfico da EMEI	34
Figura 4 - Valores civilizatórios afro-brasileiro	38
Figura 5 - Professoras da EMEI	41
Figuras 6 e 7 - Primeira apresentação das professoras	46
Figuras 8 e 9 - Segunda apresentação das professoras	46
Figuras 10 e 11 - Terceira apresentação das professoras	47
Figura 12 - Professoras ao final do encontro “Café com propósito”	53
Figura 13 - Dialogando com as professoras no encontro “Salada de frutas dos valores civilizatórios afro-brasileiros”	58
Figura 14 - Dialogando com as professoras no encontro “Feijoada da gratidão”	63
Figura 15 - Momento de fortalecimento dos laços afro-afetivos com as Professoras da EMEI.....	77

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
DCNEI	Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil
DCNERER	Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana
EI	Educação Infantil
EMEI	Escolas Municipais de Educação Integral
ERR	Expressão Reforçadora do Racismo
ERER	Educação para as Relações Étnico-Raciais na Educação
GF	Grupo Focal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MPEDU	Mestrado Profissional em Educação
MAA	Mediação Afro-Afetiva
NEGRER	Núcleo de Estudos em Educação, Gênero e Relações Étnico-Raciais
PPP	Projeto Político-Pedagógico
PAA	Pedagogia Afro-Afetiva
SR	Situação Recorrente
URCA	Universidade Regional do Cariri
VCAF	Valores Civilizatórios Afro-Brasileiros

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO - RESSIGNIFICANDO QUEM SOU PARA FORTALECER QUEM SOMOS!	14
PARTE 1 – TRILHANDO POR CAMINHOS QUE POSITIVAM AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	25
1.1 Percurso metodológico	30
1.2 Breve descrição da EMEI Francisca Letícia do Amaral Brasileiro	32
1.3 Concepções pedagógicas para o trabalho com as infâncias à luz dos valores civilizatórios afro-brasileiros	35
PARTE 2 - CONSTRUINDO LAÇOS AFETIVOS MEDIANTE AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	41
PARTE 3 - SOMANDO FORÇAS EM BUSCA DE SABERES E FAZERES AFRO-AFETIVOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	49
3.1 Dialogando sobre a efetivação de um Projeto Político-Pedagógico Afro-Afetivo	50
3.2 Detalhando a Pedagogia Afro-Afetiva na prática da vida	54
PARTE 4 - CARTAS AFRO-AFETIVAS DAS PROFESSORAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL EM JUAZEIRO DO NORTE-CE	60
4.1 Entrelaçando nossas histórias de vida mediante a cooperatividade na Educação Infantil	63
4.2 Contribuindo com o Projeto Político-Pedagógico da Educação Infantil mediante a Pedagogia Afro-Afetiva	64
CONSIDERAÇÕES FINAIS	79
REFERÊNCIAS	81
APÊNDICE A – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS	86
APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO	87

INTRODUÇÃO – RESSIGNIFICANDO QUEM SOU PARA FORTALECER QUEM SOMOS!

Somos únicos e somos múltiplos, somos uma riqueza de possibilidades. E podemos nos conectar, nos compreender, nos comunicar, interagir... nos constituir em comunidades, grupos, sociedades, civilizações... e compartilhar as graças e desgraças da existência.

Azoilda Loretto da Trindade

No contexto de imposições e homogeneização social, nasci em 04 de novembro de 1987, no Município de Crato-CE e morei com os meus pais em Exu-PE até 2002. Nesse período me apresentaram histórias de príncipes e princesas com os mesmos padrões estéticos, étnicos e culturais, o que fragilizou minhas experiências e aprendizagens no tocante às relações étnico-raciais.

No Ensino Fundamental minhas colegas costumavam pranchar os cabelos para ficarem mais bonitas e serem elogiadas. Observei nesse período que as meninas que não tinham cabelos lisos eram excluídas dos grupos de amizade e raramente se destacavam. Assim era a minha rotina escolar: com poucos colegas e menos elogios; a não ser quando fazia uma boa prova e conseguia obter uma nota superior a 9 (nove). Recebia, então, “parabéns” escrito na própria prova ou um “muito bem” dos professores.

Também foi nesse período que passei a preferir fazer trabalhos individuais. Caso houvesse a obrigatoriedade do trabalho ser em equipe procurava sempre ficar no grupo dos excluídos, motivando minha equipe a ser a melhor. Em 2003 passei a morar com os meus avós em Crato, onde cursei o Ensino Médio na Escola Estadual Estado da Bahia.

Entre os anos 2007 à 2012, cursei Licenciatura em História e em seguida fiz o Curso de Especialização em História do Brasil, ambos realizados na Universidade Regional do Cariri – URCA. Estes cursos possibilitaram-me compreender as raízes da história brasileira marcada por grande genocídio, principalmente dos povos indígenas e afrodescendentes.

Em 2010 tive a oportunidade de ser contratada pelo Município de Exu, para atuar como professora das disciplinas de Didática e Avaliação da Aprendizagem, Educação Especial, Filosofia da Educação e Política da Educação, no Curso Normal Médio do Colégio Municipal Bárbara de Alencar – CMBA, experiência que me possibilitou ampliar conhecimentos e descobrir minha vocação na área de Pedagogia.

Em 2013 cursei minha segunda graduação, dessa vez em Pedagogia, também pela URCA. Foram anos essenciais em minha formação pois permitiram que atuasse como bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC, no projeto intitulado

“Rotinas na Educação Infantil: concepções e práticas”, mediante vivências em períodos integrais nas instituições de Educação Infantil do Município de Crato, orientada pela professora Dra. Edivone Meire Oliveira.

Nessas instituições foi possível identificar tradições que corroboram a permanência de ações descontextualizadas da diversidade infantil, desrespeitando suas especificidades culturais. Em nossos estudos compreendemos que uma proposta pedagógica consciente é aquela que busca alternativas de oposição aos saberes já consolidados pela sociedade, onde a flexibilidade, o diálogo e a participação sustentam suas concepções e norteiam suas práticas.

Tratando-se do respeito às vivências socioculturais infantis, as propostas pedagógicas para a Educação Infantil, conforme estabelecido no Art. 4º das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil DCNEI (BRASIL, 2009, p. 12), reconhecem a criança, como:

[...] sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura.

Isto significa que as crianças indicam os caminhos a serem percorridos na proposta curricular mediante experiências significativas aos contextos históricos, sociais e culturais que as caracterizam.

Em 2015 também atuei como professora do Círculo de Educação e Cultura articulado ao Programa Mãe Coruja Pernambucana, acompanhando mulheres, bebês e crianças em uma turma no centro do município de Exu-PE e mais duas turmas em seus distritos de Timorante e Viração.

Essa experiência permitiu conhecer histórias de mulheres guerreiras que se dedicavam à criação/educação dos seus filhos, marcando presença em nossos encontros, realizando atividades e participando dos eventos/palestras voltados à saúde da mulher e ao desenvolvimento infantil.

Em 2016 outra oportunidade de ampliação dos estudos foi atuar como bolsista da Pró-Reitoria de Extensão – PROEX da URCA, no projeto intitulado “Análises e reflexões sobre rotinas na Educação Infantil: Rodas de conversas com professoras de instituições do Crato”, sob orientação da professora Dra. Edivone Meire Oliveira.

Tais diálogos proporcionaram reflexões sobre as ações docentes efetivadas nas instituições, permitindo analisar as concepções e abordagens do currículo na Educação Infantil, e discutir aspectos de uma rotina flexível e sensível à infância.

Como complemento das experiências aqui relatadas, os estudos realizados no Grupos de Estudos em Educação Infantil – GEEDI, do Núcleo de Educação Infantil – NEI da URCA, também coordenado e orientado pela professora Dra. Edivone Meire Oliveira, no Núcleo de Estudos em Educação, Gênero e Relações Étnico-Raciais – NEGRER/URCA coordenado e orientado pela professora Dra. Cicera Nunes, e no Curso de Especialização em Educação Infantil do NEI/Departamento de Educação da URCA, proporcionaram-me trocas de saberes com especialistas, mestres e doutores da área e oportunidades de conhecer novas abordagens e concepções sobre currículo na Educação Infantil.

Tais vivências me puseram em contato com estudos sobre as práticas pedagógicas coerentes com as DCNEI (BRASIL, 2009) e com a Lei 10.639 (BRASIL, 2003), dialogada com os campos de experiências situados na construção da identidade étnico-racial das crianças, constituindo uma relação sem preconceitos e/ou desigualdades, onde o conhecimento se dá na construção de uma imagem positiva e valorativa das experiências de cada sujeito envolvido no processo de aprendizagem, sem distinções étnicas.

Todos estes saberes sensibilizaram o meu olhar e a minha forma de pensar sobre educação e relações étnico-raciais na primeira infância, possibilitando-me entender que as crianças desde cedo devem ser mediadas a partir do conhecimento sobre suas origens e/ou histórias de vida.

Em novembro de 2016, passei em um concurso público em Ouricuri-PE, recebendo o desafio de atuar como professora de uma turma multisseriada no Sítio Limoeiro na Escola Municipal Alexandre Galdino de Araújo, com crianças de quatro, cinco e seis anos.

Essa experiência resultou em minha monografia de conclusão do Curso de Licenciatura em Pedagogia, intitulada *Diversidade na primeira infância: escuta das crianças de uma turma multisseriada localizada no Sítio Limoeiro em Ouricuri-PE*, orientada pela professora Dra. Edivone Meire Oliveira e examinada pela Dra. Cicera Nunes, nos revelando o quanto as crianças sofriam diante do racismo naturalizado em sua comunidade.

Estas demonstraram mediante gestos, expressões e falas a tristeza que sentiam quando os adultos do seu convívio familiar e escolar as discriminavam por sua cor, fazendo uso de termos pejorativos ou comparações entre as crianças que eram mais “bonitas” por serem brancas, terem cabelos lisos e olhos claros, e as “feias”, crianças pretas, com cabelos crespos e olhos escuros (ULISSES, 2017).

Em 2021, passei em outro concurso para atuar como professora de Educação Infantil na rede municipal de Juazeiro do Norte, na EMEI Francisca Letícia do Amaral Brasileiro, em uma turma de crianças bem pequenas com faixa etária entre um ano e sete meses a três anos e onze meses, estas demonstram ao longo das nossas experiências no âmbito remoto e presencial, a necessidade de interações e brincadeiras diárias que visibilizem suas histórias de vida, assim como as suas relações étnico-raciais.

Diante de ambas experiências percebi que mesmo após a Lei 10.639/03 são constantes os estudos e pesquisas que indicam a negação das diferenças étnicas desde a Educação Infantil, contribuindo para a permanência da discriminação racial, isto é, “[...] processo que acarreta inúmeras desvantagens para o grupo negro e para toda sociedade brasileira direta ou indiretamente” (CAVALLEIRO, 2021, p. 26).

A discriminação racial ainda é muito atuante em todas as esferas sociais. A mesma afeta os seres humanos desde à sua concepção, uma das razões pelas quais se deve ressignificar o lugar da formação dos profissionais:

Nesse contexto os cursos de Pedagogia tornam-se parte importante nesse processo, pois a formação direcionará o profissional para atuar nas práticas de docência, em especial na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental (1º ao 5º ano) e para a gestão educacional, onde terá a oportunidade de desenvolver um trabalho voltado para a educação das relações étnico-raciais na infância, bem como atuar na aplicabilidade dessa política nos espaços escolares (NUNES; SANTANA; FRANCO, 2021, p. 4).

Articular a formação em Pedagogia à Educação para as Relações Étnico-Raciais na Educação (ERER), é um caminho para lutar contra o racismo e construir novas perspectivas de contribuição pedagógica desde a primeira infância.

Esta articulação exige consciência docente sobre a Lei 10.639 (BRASIL, 2003) em todo o percurso da Educação Básica, impulsionando práticas pedagógicas desde a Educação Infantil que viabilizem o pertencimento de cada sujeito aos seus grupos sociais, valorizando suas partilhas, sentimentos, pensamentos, lutas e interações individuais e coletivas. A partir dessa consciência, a educação será significativa às aprendizagens desde a primeira infância.

Uma educação voltada à aceitação e reconhecimento positivo das diferenças objetiva “[...] mostrar que a diversidade não constitui um fator de superioridade e inferioridade entre os grupos humanos, mas sim, ao contrário, um fator de complementaridade e de enriquecimento da humanidade em geral [...]” (MUNANGA, 2005, p.15).

Ciente e comprometida em lutar por esta causa, fui selecionada pelo Mestrado Profissional em Educação/URCA na turma de 2022.1, tendo como linha de pesquisa “Práticas

educativas, culturas e diversidades”, com uma proposta de pesquisa voltada à diversidade étnico-racial desde a Educação Infantil primeira etapa da Educação Básica, base inicial de formação das hipóteses, saberes individuais e coletivos ampliados em conhecimentos sobre o Brasil e o mundo.

No meu primeiro semestre tive a oportunidade de cursar a disciplina optativa Tópicos de Ensino I: História de mulheres e processos educacionais, tendo como professoras a Dra. Zuleide Fernandes Queiroz e a Dra. Adriana Alencar. Nossos estudos resultaram na publicação do livro eletrônico intitulado *Educa(ações) no cariri cearense: história do protagonismo feminino* no ano de 2022.

Nesta ocasião participei da elaboração do artigo *História de mulheres negras, estudantes e professoras que se cruzaram no Mestrado Profissional em Educação na Universidade Regional do Cariri*. O que motivou-me realizar esse trabalho, além das obras lidas e dos seminários compartilhados ao longo da disciplina, foi a parceria com minhas colegas de graduação em Pedagogia e agora companheiras de luta no Mestrado MPEDU/URCA, Luana Ricarto da Costa e Rayanne Pereira do Nascimento.

Esse trabalho me fez refletir sobre a minha trajetória até chegar no Mestrado. Ao final da escrita me senti mais encorajada diante das histórias compartilhadas pelas colegas, as quais assim como eu, resistiram e enfrentaram grandes desafios desde suas infâncias, como por exemplo o racismo. Esse, foi relatado no decorrer das entrevistas realizadas. Entre os relatos destaco um, referente a mestranda B:

[...] apareceram alguns preconceitos que foi onde mexeu muito com a minha autoestima de quando eu era criança, porque eu sempre ouvi muito que eu era negrinha de cabelo ruim. E a questão de sempre apresentar mais peso [...], e eu sempre escutava essas piadas e brincadeiras sem graça (PINHEIRO et al., 2022, p. 85).

Neste relato, sentimos a angústia da entrevistada em expor o motivo de sua baixa autoestima: o racismo sofrido desde a sua infância decorrente de suas características físicas. O relato proferido converge com muitos outros apresentados em pesquisas recentes como pude identificar na primeira etapa de estudos da pesquisa, etapa que focou em desenvolver o estado da arte, sob orientação da professora Dra. Cicera Nunes, que tem me acompanhado em todo esse percurso.

O resultado dos estudos foi a produção do trabalho intitulado *Relações étnico-raciais na Educação Infantil: um breve estudo da arte*, apresentado no Simpósio Temático Patrimônio Cultural Negro e Educação, do XIII Congresso Internacional Artefatos da Cultura Negra.

Vale salientar que nesses estudos encontrei 2.819 resultados a partir das palavras-chaves “relações étnico-raciais” e “Educação Infantil” nos bancos de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES; Scientific Electronic Library Online – SciELO; e, Anais do Congresso Internacional Artefatos da Cultura Negra, dentre os quais apenas quinze trabalhos se referiam às relações étnico-raciais na Educação Infantil.

Os trabalhos demonstraram que há naturalização de comportamentos preconceituosos entre docentes partilhados com as crianças na rotina pedagógica, provando a pouca abordagem que é feita da história afro-brasileira na Educação Infantil e a emergência de se implementar a Lei 10.639/03 na convivência com as crianças em creches e pré-escolas.

Por outro lado, os trabalhos revelaram formas de mediações conscientes a partir das brincadeiras, rodas de conversas com as crianças que ressignifiquem o que se sabe sobre os povos africanos e a raiz afro-brasileira mediante a memória da ancestralidade e o autorreconhecimento histórico, cultural e artístico presente nas relações individuais e coletivas.

No meu segundo semestre de mestrado tive a oportunidade de aprofundar os estudos no campo das relações étnico-raciais, cursei a disciplina optativa Memória e Oralidade: Metodologia de Pesquisa e Ensino com a temática da Afrodescendência, ministrada pela professora Cicera Nunes e pelo professor Henrique Cunha.

Nessa disciplina aprendi que a tradição oral atua como princípio filosófico que procura romper com as tradições construídas apenas no campo da racionalidade. Assim, pode trilhar pela pretagogia e/ou potencialização dos saberes ancestrais africanos idealizada pela professora Dra. Sandra Petit da Universidade Federal do Ceará – UFC e pelas pesquisas autobiográfica e afrodescendente, as quais exigem aproximação da realidade.

Como, por exemplo, cito o trabalho de Nunes (2021), intitulado *Narrativas de mulheres negras: cultura de base africana e educação no cariri cearense* o qual possui uma abordagem autobiográfica fundamentada nas narrativas de duas mulheres negras protagonistas e produtoras de cultura no Cariri:

[...] Dona Maria de Tiê, dançadeira de coco e integrante da comunidade quilombola de Souza, no município de Porteirias, no Ceará; e dona Iraci, mezinheira da comunidade Chico Gomes, em Crato, no Ceará, ajudando-nos a compreender qual a concepção que essas mulheres negras possuem sobre o seu papel de transmissoras das práticas simbólicas de matriz africana no território cearense, compreender a relação com a ancestralidade e com os conhecimentos advindos da tradição oral (NUNES, 2021, p. 1075).

Conhecer histórias como de dona Maria de Tiê e dona Iraci, em primeiro lugar, é imergir em um universo de saberes que não estão limitados ao conhecimento científico e/ou racional. Em segunda instância, importante conhecer as histórias dessas mulheres que, mesmo tendo seus direitos negados e silenciados por muito tempo, assim como suas tradições culturais, artísticas e históricas, “[...] continuam hoje afirmando suas identidades e lutando por seus direitos de cidadania plena na nossa sociedade, enfrentando relações de poder assimétricas, de subordinação e exclusão” (CANDAU, 2008, p. 17).

Trabalhos como o realizado por Nunes (2021) ressignificam histórias africanas e afro-brasileiras tornando visíveis essas culturas, apresentando os reais protagonistas dos saberes e potencializando suas filosofias transcorridas por gerações. No tocante a esta última, compreendo que hoje “Trata-se de resolver as questões postas pelo eurocentrismo, colonialismo, racismo, ou seja, do conjunto da dominação ocidental sobre as populações africanas e africanas da diáspora” (CUNHA Jr., 2010, p. 84).

Outra obra relevante que destaco é *Amkoullel, o menino fula* escrito por Amadou Hampâté-Bâ, idealizador da frase: “Na África, cada ancião que morre é uma biblioteca que se queima”, mestre da transmissão oral e especialista nos estudos das tradições das savanas africanas.

A leitura dessa obra possibilitou-me compreender a diversidade africana presente nas tradições religiosas, sociais, étnicas e culturais. Como exemplo, cito as tradições dos povos fulas: “Quase todas as lendas e tradições orais dos fulas mencionam uma origem oriental muito antiga. Mas, dependendo da versão, esta origem é às vezes árabe, iemenita ou palestina; às vezes, ainda mais longínqua, buscando sua fonte na Índia” (HAMPÂTÉ-BÂ, 2013, p. 20).

Por isso o autor enfatiza que: “Quando se fala da “tradição africana”, nunca se deve generalizar. Não há uma África, não há um homem africano, não há uma tradição africana válida para todas as regiões e todas as etnias” (HAMPÂTÉ-BÂ, 2013, p. 12). Em síntese, estes aprendizados permitiram-me ampliar concepções sobre a África e os seus povos, mediante a história oral e/ou narrativas que revelam saberes ancestrais e traduzem identidades.

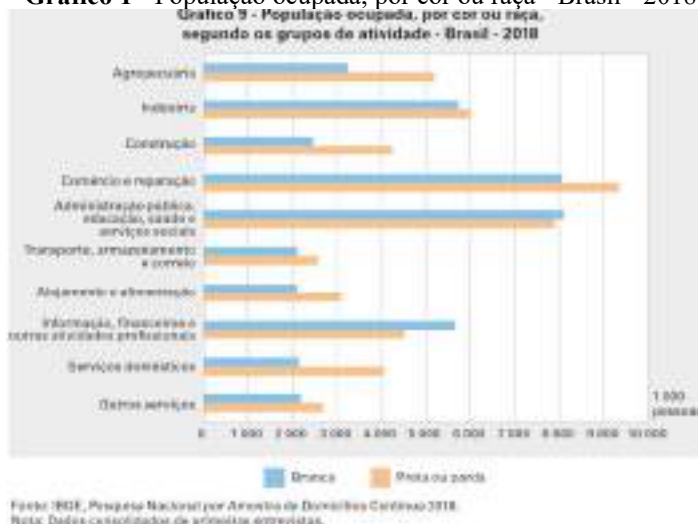
Todas essas experiências permitiram ressignificar a minha própria identidade e consolidar conhecimentos adquiridos neste percurso, os quais levarei comigo e compartilharei por onde for e com quem estiver, seja no âmbito profissional atuando em prol das relações étnico-raciais na Educação Infantil, seja no meio familiar ou entre amigos procurando romper com barreiras impostas pelo racismo e trilhar por novos caminhos de resistência e luta por esta causa.

Há 20 anos, a Lei 10.639 (BRASIL, 2003) que incluiu no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” é um exemplo de luta e conquista educacional. Durante muito tempo a população negra teve a sua participação histórica, política, social, cultural e filosófica negada.

A consciência negra no Brasil teve maior visibilidade a partir da década de 1970. No Cariri Cearense destacaram-se alguns intelectuais como por exemplo Henrique Cunha Jr., Alex Rattz, Rosa Maria Barros Ribeiro, Risomar Alves dos Santos, Cicera Nunes e Sandra Haydée Petit. Todos esses intelectuais somam experiências de luta nos Movimentos Sociais, reivindicando por práticas educativas que viabilizem as populações negras e as suas especificidades históricas, sociais e culturais nos currículos escolares.

Mediante as contribuições desses intelectuais essa consciência negra tem chegado às propostas pedagógicas e aos projetos desenvolvidos desde a Educação Básica ao Ensino Superior no Cariri Cearense, positivando as relações étnico-raciais frente a tantos casos de racismo, preconceito e discriminação denunciados no Brasil, com evidências acentuadas tanto nas instituições de Educação Básica, quanto nas instituições de nível Superior, sendo possível analisar alguns dados estatísticos de desigualdades das oportunidades e/ou ocupação dos espaços sociais brasileiros, como indicam os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2018), no gráfico seguinte (gráfico 1).

Gráfico 1 - População ocupada, por cor ou raça - Brasil - 2018



Fonte: Gráfico extraído da Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2019 / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais.

A partir dos dados apresentados no gráfico (IBGE, 2018) é possível entender a disparidade que há entre as populações negras e as demais etnias no Brasil. Estas vêm, ao longo

do percurso histórico, ocupando atividades econômicas que demandam menor grau de instrução, como por exemplo Agropecuária (65,9%), Serviços domésticos (50,9%) e Construção (47,3%), ou seja:

No outro extremo da hierarquia, encontravam-se as ocupações exercidas em Administração pública, educação, saúde e serviços sociais e Informação, financeira e outras atividades profissionais, onde 51,8% e 39,2% dos trabalhadores, respectivamente, possuíam no mínimo o ensino superior completo (IBGE, 2019, p. 26).

Nesse contexto, as populações negras são menos favorecidas no ingresso e na permanência dos seus estudos nas instituições de ensino brasileiro, acarretando menor ocupação em funções que exijam ensino superior completo.

Diante do exposto, impulsionar práticas educativas desde a Educação Infantil que estejam sensíveis aos aspectos históricos, sociais e culturais afro-brasileiros, ressignificando atitudes, experiências e posicionamentos pedagógicos, construindo relações étnico-raciais positivas entre as crianças, seus pares, os adultos, o Brasil e o mundo, deve estar presente no coração de cada educador/a que deseja contribuir com uma pedagogia que afro-afete todos os envolvidos no processo educativo, modificando concepções e práticas pedagógicas mediante os valores civilizatórios afro-brasileiros. Havendo parceria docente, haverá real efetivação da Lei 10.639/2003, a qual alterou os artigos 26 e 79 da Lei 9.394/1996 que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.
 § 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.
 § 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.
 Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como ‘Dia Nacional da Consciência Negra’ (BRASIL, Lei 10.639/2003, p. 1).

O Artigo 8º, § 1º, das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil – DCNEI (BRASIL, 2009) determina em seu parágrafo nono “o reconhecimento, a valorização, o respeito e a interação das crianças com as histórias e as culturas africanas, afro-brasileiras, bem como o combate ao racismo e à discriminação”. No que se refere à diversidade étnico-racial, estabelece que haja “[...] vivências éticas e estéticas com outras crianças e grupos

culturais, que alarguem seus padrões de referência e de identidades no diálogo e reconhecimento da diversidade” (BRASIL, 2009, p. 4).

Com essa compreensão, torna-se mais fácil identificar situações que favoreçam o desenvolvimento pleno das crianças, como também perceber elementos que invisibilizam suas especificidades. Como por exemplo a pesquisa realizada pela autora Eliane Cavalleiro (2021), a qual identificou práticas de racismo, preconceito e discriminação em uma instituição de EI da rede municipal de São Paulo. Com base na documentação construída e adquirida ao longo de sua pesquisa tornou visibilizadas atitudes de professores e crianças brancas que ignoravam a presença das crianças negras, desde as músicas cantadas, às ilustrações, contações de histórias e livros didáticos utilizados no espaço pedagógico.

Diante do exposto, percebe-se o quanto a sociedade tem negado em suas relações a aceitação ao diferente, incorporando visões homogêneas sobre si e os outros e revelando uma “[...] despreocupação com a questão da convivência multiétnica, quer na família, quer na escola, pode colaborar para a formação de indivíduos preconceituosos e discriminadores” (CAVALLEIRO, 2021, p. 20).

Levar em consideração a diversidade na infância é estar sensível às expressões e linguagens infantis, construindo uma relação horizontal onde não prevaleçam desigualdades entre os envolvidos.

Nessa perspectiva o objetivo geral desta pesquisa foi investigar como a proposta político-pedagógica da EMEI – Professora Francisca Letícia do Amaral Brasileiro pode traçar diretrizes políticas, epistemológicas e pedagógicas para o trabalho com a diversidade étnico-racial na Educação Infantil.

Como objetivos específicos destacaram-se: i) analisar concepções que as profissionais têm sobre diversidade étnico-racial na EI; ii) propor um PPP que garanta os direitos de aprendizagem e o desenvolvimento infantil, no que cerne a diversidade étnico-racial; e, iii) propor uma proposta curricular mediante os valores civilizatórios afro-brasileiros iv) refletir sobre os processos de formação docente voltados a diversidade étnico-racial na primeira infância.

Essa pesquisa pretendeu desenvolver diálogos situados no reconhecimento e valorização da identidade étnico-racial das crianças, coerentes com as DCNEI (BRASIL, 2009) e com a Lei 10.639 (BRASIL, 2003), permitindo docentes refletirem suas concepções e práticas pedagógicas, formas de contribuir com ações conscientes, comprometidas com a identidade étnico-racial infantil.

Contribuir com esse diálogo de fortalecimento das relações étnico-raciais é primeiramente nos reconhecermos como sujeitos capazes de sermos transformados para podermos contribuir com as transformações das realidades homogeneizadoras impostas em nosso entorno. Nesse sentido desenvolvi um estudo de caso interventivo baseado em um Grupo Focal composto por docentes da Educação Infantil, obtendo um conjunto de experiências apresentadas em quatro capítulos nesta dissertação.

O primeiro capítulo intitulado *Trilhando por caminhos que positivam às relações étnico-raciais na Educação Infantil*, apresenta o percurso das leituras e/ou estudo bibliográfico que realizei para fortalecer a pesquisa e efetivá-la na EMEI. Nessa perspectiva o dividi em três subtópicos: i) Percurso metodológico; ii) Breve descrição da EMEI Francisca Letícia do Amaral Brasileiro; e, iii) Concepções pedagógicas para o trabalho com as infâncias à luz dos valores civilizatórios afro-brasileiros. No primeiro, apresentei a metodologia aderida para a legitimação da pesquisa; no segundo, descrevi a EMEI e suas principais especificidades; no terceiro, explorei o potencial da base teórica escolhida.

No segundo capítulo intitulado *Construindo laços afetivos mediante as relações étnico-raciais na Educação Infantil*, descrevo a apresentação da minha proposta de pesquisa às professoras da EMEI, em conjunto da minha orientadora Cicera Nunes.

No terceiro capítulo intitulado *Somando forças em busca de saberes e fazeres afro-afetivos na Educação Infantil*, relato as experiências partilhadas com o Grupo Focal (GF) nos dois primeiros encontros, os quais transformei em dois subtópicos: i) Dialogando sobre a efetivação de um Projeto Político-Pedagógico Afro-Afetivo; ii) Detalhando a Pedagogia Afro-Afetiva na prática da vida.

O quarto capítulo intitulado *Cartas Afro-Afetivas das Professoras de Educação Infantil em Juazeiro do Norte-CE*, traduz os sentimentos fluentes em decorrência da pesquisa, mediante dois subtópicos: i) Entrelaçando nossas histórias de vida mediante a cooperatividade na Educação Infantil; ii) Contribuindo com o Projeto Político-Pedagógico da Educação Infantil mediante a Pedagogia Afro-Afetiva.

Vale salientar que este último capítulo configurou o Produto Educacional desta pesquisa, tornando-se um livro a ser partilhado nas formações e transformações docentes da rede municipal de ensino em Juazeiro do Norte – CE.

PARTE I – TRILHANDO POR CAMINHOS QUE POSITIVAM ÀS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Compartilho meus redemoinhos mentais e espero que eles encontrem os seus e que também, nesta direção, tenhamos a disponibilidade de trajetórias reflexivas de destino ignorado.

Azoilda Loretto da Trindade

As relações étnico-raciais na Educação Infantil constituem minha principal porta de entrada para contribuir com uma Pedagogia antirracista a começar no local onde exerço função docente desde 2021, na turma do Infantil II “A”, compartilhando experiências diárias também com as demais crianças, o Núcleo Gestor e a equipe docente na EMEI Francisca Letícia do Amaral Brasileiro em Juazeiro do Norte-CE. Nessa perspectiva a pesquisa aqui proposta, teve uma abordagem qualitativa configurando um estudo de caso interventivo mediante Grupo Focal (GF) composto pelas profissionais da referida instituição.

A princípio investiguei concepções de autores e posições referentes a temática em questão, estabelecendo um rico embasamento teórico-metodológico, mediante um estudo bibliográfico, isto é “[...] a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses, etc.” (SEVERINO, 2007, p. 122). Por isso, foi de suma importância conhecer estudos, pesquisas e documentos já publicados nessa perspectiva, isto é analisar o estado da arte desta pesquisa.

Inicialmente esta análise emergiu da leitura de alguns artigos introdutórios voltados à temática em questão, dentre estes destacaram-se dois. O primeiro deles intitula-se *Do epistemicídio à insurgência: o currículo decolonial da Escola Afro-brasileira Maria Felipa* (2018-2020), das autoras Maria Clara Araújo dos Passos e Bárbara Carine Soares Pinheiro (2021).

Estas apresentam os fundamentos decoloniais do currículo da Escola Afro-Brasileira Maria Felipa, localizada em Salvador-BA, a qual atende todas as crianças, sem restrições étnico-raciais, encorajando-as ao protagonismo infantil a partir do conhecimento da história de como o Brasil e o mundo se constituíram, ampliando os seus saberes nos âmbitos individual e coletivo.

As autoras também enfatizam o Projeto Político-Pedagógico da Maria Felipa (2020), o qual “[...] propicia as crianças entenderem que não somos geneticamente superiores ou inferiores por termos um determinado tom de pele, mas que socialmente foram construídas

hierarquizações que precisam ser superadas rumo a uma sociedade justa e igualitária” (PASSOS; PINHEIRO, 2021, p. 128).

Também demonstram a constante preocupação em formar os profissionais da referida instituição a partir da BNCC, contemplando aspectos relevantes a primeira infância, tais como “[...] o brincar, o cuidar e o educar na infância, sobre Decolonialidade, Pedagogia Histórico-Crítica e sobre questões de raça e gênero e suas articulações com o ensino [...]” (PASSOS; PINHEIRO, 2021, p. 130).

Esse artigo proporcionou o conhecimento de uma proposta curricular para Educação Infantil compatível com a diversidade étnico-racial das crianças, buscando ampliar suas visões de mundo a partir da constituição de sua própria história e suas tradições afro-brasileiras, desenvolvendo o espírito crítico e protagonista infantil.

O segundo artigo em destaque intitula-se *Educação das Relações Étnico-Raciais nas instituições escolares*, da autora Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (2018). Neste, a autora investigou trabalhos sobre educação das relações étnico-raciais em instituições educacionais, encontrando 96 resultados, desmembrados em: 38 artigos, 7 teses e 51 dissertações, no período de 2003 a 2014 (SILVA, 2018). No tocante às dissertações e as teses:

Nota-se preocupação em realizar pesquisas com crianças e professores dos anos iniciais a respeito de experiências de racismo, autodeclaração a respeito de raça/cor, persistência de representação estereotipada de negros e de cultura afro em materiais didáticos, comparação de desempenho escolar entre crianças negras e não negras (SILVA, 2018, p. 127).

Nos artigos analisados pela autora observei o descaso que é feito pelos profissionais da educação frente às agressões e atitudes racistas comumente vivenciadas pelas crianças negras nas instituições escolares, deixando sérias consequências em seu desenvolvimento sócio-cultural-afetivo, “A pouca ou a ausência de intervenção causa sofrimento junto às crianças negras, intensificando a baixa autoestima, além de promover segregação e pouca convivência entre crianças negras e não negras” (SILVA, 2018, p. 131).

Assim constatee a relevância dessa pesquisa para o campo educativo por tratar das lacunas presentes na formação docente frente ao respeito e a valorização das relações étnico-raciais, assim como ressignificações de suas concepções e práticas pedagógicas, para que intervenham com ações conscientes, comprometidas com a identidade étnico-racial infantil e “[...] que favoreçam a tomada de consciência da construção da nossa própria identidade cultural, no plano pessoal, situando-a em relação com os processos socioculturais do contexto em que vivemos [...]” (CANDAU, 2008, p. 25-26).

Nessa perspectiva formulei a segunda etapa de estudo do estado da arte a partir da investigação nos bancos de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES; Scientific Electronic Library Online – SciELO; e, Anais do Congresso Internacional Artefatos da Cultura Negra, mediante as seguintes palavras-chave: i) relações étnico-raciais, ii) Educação infantil e iii) formação docente. O recorte temporal dos artigos analisados foi entre 2016, ano que iniciei minha trajetória como professora de Educação Infantil, até 2022, ano que ingressei no Mestrado Profissional em Educação na URCA.

Vale salientar que os dois primeiros bancos de dados surtiram efeitos mais abrangentes por fornecer uma quantidade maior de resultados entre artigos, dissertações e teses. O último banco de dados mencionado, caracterizou-se pelo teor mais específico com trabalhos na modalidade de artigos. Conforme a tabela:

Tabela 1: Bancos de dados da pesquisa

Bancos de dados	Resultados gerais	Ênfase à pesquisa
Artefatos da Cultura Negra	13	10
CAPES	2.718	04
SciELO	88	01

Fonte: Elaborada pela autora

Nessa pesquisa obtive 2.819 resultados a partir da palavra-chave “relações étnico-raciais”, após acrescentar a segunda palavra-chave “Educação Infantil”, restaram apenas 15 trabalhos, como visto na tabela acima.

A princípio analisei os trabalhos publicados nos Anais do Congresso Internacional Artefatos da Cultura Negra, o qual se propõem ressignificar a formação dos discentes no âmbito acadêmico, docentes da educação básica, assim como gestores, pesquisadores e demais estudiosos da área.

Em decorrência dos anos 2016 a 2020 foram encontrados dez artigos relevantes à temática aqui proposta, estes indicaram a urgência de se repensar as práticas pedagógicas na EI no tocante a diversidade étnico-racial, tendo em vista pesquisas que constatarem comportamentos preconceituosos demonstrados entre os docentes e naturalizados no convívio com as crianças bem pequenas e pequenas.

Nos Anais de 2016 encontrei o trabalho intitulado *A cultura do preconceito: Rosa ou azul? Preta ou branca? Quais as cores da infância?* Nessa pesquisa os autores Edilson de Alcantara Primo e Maria Isadora Gomes de Pinho constatarem em seus estudos que as crianças

bem pequenas demonstraram em suas experiências tendência ao racismo e ao preconceito mediante as imitações vinculadas ao mundo dos adultos, levando-os a perceberem a necessidade para uma intervenção a partir de brincadeiras, contação de histórias, musicalização que retrate o negro como protagonista, revelando suas contribuições históricas, sociais e culturais.

O segundo trabalho que me chamou atenção foi *Capoeira infantil e educação das relações étnico-raciais: instrumento pedagógico para abordagem dos valores civilizatórios afro-brasileiro*, do autor Emerson de Melo Freitas. Este permite refletir a grandeza de se trabalhar as relações étnico-raciais na Educação Infantil mediante a memória da ancestralidade presente na musicalidade, corporeidade, autorreconhecimento histórico e cultural.

O terceiro trabalho *Vivências do projeto consciência negra: compreensão e respeito para com a diversidade étnico-racial*, das autoras Laura Martins da Silva Bernardo e Juliana Alves da Silva, constataram a pouca abordagem da história afro-brasileira na Educação Infantil e a necessidade da implementação da Lei 10.639/03 em suas práticas pedagógicas.

Nos Anais de 2017, destaquei o trabalho intitulado *A importância do teatro no trabalho com a temática afro*, da autora Simony Vieira, a qual apresentou uma proposta pedagógica articulada ao teatro, as contações de histórias e a uma literatura infantil que valorize a história e a cultura afro-brasileira, procurando romper com ideologias desconhecedoras dos nossos antepassados, colaborando com as concepções de um país homogêneo, onde não há discriminação nem racismo contra os sujeitos.

Nos Anais de 2018, o trabalho que mais se aproximou desta temática em minha opinião, intitulou-se *O preconceito racial presenciado em creche infantil na cidade de Cajazeiras-PB*, da autora Cristina da Silva Gomes, a qual relatou sua experiência durante o Estágio Supervisionado em EI no Curso de Licenciatura em Pedagogia, pela Universidade Federal de Campina Grande – Campus Cajazeiras, constatando práticas pedagógicas racistas e suas consequências na EI.

Outro trabalho que considerei importante, intitulou-se *Construindo aprendizados a partir do reisado: propostas de ensino baseada na Lei 10.639/2003 na Educação Infantil*, das autoras Rayanne Pereira do Nascimento e Cicera Nunes. Este caracterizou-se como resultado de um trabalho monográfico fundamentado na Lei nº 10.639/2003 e nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana (2004).

Configurou-se em uma pesquisa-ação que contemplou a Escola de Ensino Infantil e Ensino Fundamental Educar SESC, localizada no Município de Juazeiro, com o projeto

“Brincar reisado no nosso chão”, desenvolvido em 2017, com crianças de cinco anos, mediante vivências do reisado cearense composto por valores, músicas, danças e brincadeiras relacionando a cultura local a cultura africana.

Nos Anais de 2020, mais quatro trabalhos se destacaram nesta análise por evidenciarem relatos de experiências compatíveis com a temática tratada. Estes foram: *Educação das relações étnico-raciais e literatura na Educação Infantil: relato de experiência no Estágio obrigatório do Curso de Pedagogia da UFSC*, das autoras Juliana de Sousa Barbosa e Suelen Amorim Ferreira. *A formação inicial docente para o trabalho com as relações étnico-raciais na Educação Infantil: reflexões sobre o Curso de Pedagogia da UFC*, das autoras Bárbara Rainara Maia Silva e Silvia Helena Vieira Cruz.

O terceiro intitulou-se *Enrolado, cacheado, crespo: como trabalhar o respeito à diversidade racial na Educação Infantil*, das autoras Andria Magalhães Cordeiro, Mariana Cunha Castro e do autor Antonio Flávio Maciel de Souza Júnior. Por último *Experiências formativas no Estágio Supervisionado na Educação Infantil: contando a história da boneca Abayomi no contexto escolar*, de Josivando Ferreira Cruz.

Tratando-se dos trabalhos analisados na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, destacou-se mais quatro artigos *Relações étnico-raciais e saberes docentes na Escola de Educação Infantil da Universidade Federal do Rio de Janeiro*, pelos autores Edimilson Ferreira, José Vieira e Andréa Lopes.

O segundo trabalho denominou-se *Formação docente, relações étnico-raciais e Educação Infantil* dos autores Edmacy Souza e Nilson Dinis. O terceiro, *Relações étnico-raciais e a questão da deficiência na literatura infantil brasileira: uma experiência em formação de professores*, das autoras Edna Martins e Érica Lourenço. Por fim, o trabalho *Formação de professor(es): ensino de arte para as relações étnico-raciais na Educação Infantil*, por Margarete Góes e Tatiana Rosa.

O primeiro deles baseou-se em dois questionamentos: quais são as práticas pedagógicas desenvolvidas com as crianças que envolvem as temáticas: diversidade e relações étnico-raciais na Educação Infantil? Tais práticas procura estabelecer o diálogo com a Educação das relações étnico-raciais? O estudo se deu mediante uma abordagem qualitativa de pesquisa e análise documental, constatando que mesmo a Escola de Educação Infantil da UFRJ, desempenhando um papel importante na formação inicial e continuada dos/as estudantes. Há uma necessidade de trocas de experiências e/ou encontros com as/os docentes para potencialização dos seus estudos no que diz respeito às questões étnico-raciais dialogadas com a primeira infância.

Em compatibilidade com a mesma necessidade de formação continuada dos/as docentes, depreendeu-se os demais trabalhos mencionados. Por último, encontramos na Scientific Electronic Library Online – SciELO mais um trabalho pertinente ao estudo aqui elaborado da autora Lucimar Rosa Dias, baseado em sua pesquisa de doutorado intitulada *Formação de professores, Educação Infantil e diversidade étnico-racial: saberes e fazeres nesse processo*, o qual analisou duas experiências de formação continuada de professoras da primeira infância, assim como suas formas de mediações em virtude do respeito e da valorização a diversidade étnico-racial em suas práticas pedagógicas.

Nesse percurso conclui que há muita dificuldade de a diversidade étnico-racial chegar a ser desenvolvida na formação inicial e continuada dos professores(as), principalmente no tocante a Educação Infantil que ainda sofre com o “mito da democracia racial” e fortes concepções que visam a homogeneidade da essência infantil. Diante do exposto a autora chama atenção para reflexões e/ou análise crítica das nossas próprias práticas pedagógicas para o rompimento com o racismo institucional e estrutural vigente na sociedade.

Todos os trabalhos analisados nesta pesquisa, confirmaram a necessidade de intervenções pedagógicas capazes de contribuir não somente com a formação continuada docente, mas com o fortalecimento da Educação Básica, a começar pela Educação Infantil, a qual em todos os trabalhos mencionados, demonstrou a urgência em dinamizar suas experiências no campo das relações étnico-raciais constituídas entre as crianças e os seus pares/adultos.

Também apontaram a naturalização de comportamentos preconceituosos entre docentes partilhados com as crianças na rotina pedagógica, demonstrando a pouca abordagem que é feita da história afro-brasileira na Educação Infantil e a emergência de se implementar a Lei 10.639/03 na convivência com as crianças em creches e pré-escolas.

Por outro lado, os trabalhos revelaram formas de mediações conscientes a partir das brincadeiras, rodas de conversas com as crianças que ressignifique o que se sabe sobre os povos africanos e a raiz afro-brasileira, mediante a memória da ancestralidade e o autorreconhecimento histórico, cultural e artístico presente nas relações individuais e coletivas, dando visibilidade às concepções pedagógicas sensíveis aos valores civilizatórios afro-brasileiros na Educação Infantil.

1.1 Percurso metodológico

De forma geral essa pesquisa de natureza qualitativa, contribuiu no campo profissional, estabelecendo caminhos que permitiram desenvolver capacidades de afetar e ser afetado positivamente nas reflexões sobre os valores civilizatórios afro-brasileiros, na atuação docente frente às relações étnico-raciais na Educação Infantil e no processo de ressignificação de sua proposta pedagógica.

Ciente desse compromisso afetivo e objetivando investigar como a proposta político-pedagógica da escola pode traçar diretrizes políticas, epistemológicas e pedagógicas para o trabalho com a diversidade étnico-racial na Educação Infantil, organizei um cronograma de encontros com um Grupo Focal constituído por 7 (sete) professoras interessadas em: i) analisar formas do Projeto Político-Pedagógico da Educação Infantil contemplar a diversidade étnico-racial em sua proposta curricular; ii) refletir projetos e atividades voltados aos valores civilizatórios afro-brasileiros na Educação Infantil; e, iii) ressignificar o currículo da Educação Infantil mediante os valores civilizatórios afro-brasileiros. Nessa perspectiva o cronograma foi definido.

Tabela 2: Encontros Grupo Focal – 2023

ENCONTROS GRUPO FOCAL COM AS PROFESSORAS				
DIA	HORÁRIOS	MODO	LOCAL	COMO
13/04/2023 Quinta-feira	8h às 10h	Presencial	*EMEI	Cafê com propósito
20/04/2023 Quinta-feira	8h às 10h	Presencial	EMEI	Salada de frutas dos valores civilizatórios afro-brasileiros
29/04/2023 Sábado	9h às 12h	Presencial	Casa da pesquisadora Sara Raquel no Palmeiral (Crato-CE)	Almoço Feijoada da gratidão

*EMEI – Professora Francisca Letícia do Amaral Brasileiro

Fonte: Elaborada pela autora

Os registros desta pesquisa ocorreram mediante o diário de campo, fotografias dos encontros vivenciados com as professoras, assim como gravações de áudios, vídeos das interações e posicionamentos:

Além das formas de registros já mencionadas, utilizei algumas técnicas motivadoras para o debate, como perguntas geradoras e fragmentos de alguns textos voltados a temática, ciente que nos grupos focais, além de “perguntas geradoras”, podem ser usadas outras técnicas estimuladoras como cartazes, gravuras, filmes etc., algo sucinto, mas objetivo o suficiente para estimular ou motivar a discussão (SOUZA et al., 2018, p. 24).

Ao final da pesquisa me apropriei da técnica de análise de conteúdo para interpretar os dados e produzir os resultados. Vale destacar que:

[...] toda pesquisa tem como intencionalidade indagar algo a partir de uma problemática vivenciada no contexto social, tendo como objetivo responder à pergunta problema e as preocupações de elaborar novos conhecimentos que possibilitem compreender/transformar a real condição do que está sendo estudado. Em se tratando de pesquisa qualitativa, tem-se um reconhecimento ímpar entre as várias possibilidades de se estudar os fatos que abrangem as subjetividades do ser humano e suas intrincadas relações sociais, estabelecidas em sociedade (SOUSA; SANTOS, 2024, p. 1398).

Antes de executar esse cronograma exposto na tabela 2, realizamos um encontro na EMEI com a participação da professora Cicera Nunes e presença da maioria das professoras participantes da Educação Infantil. Esse momento foi repleto de afeto e contribuiu com a formação docente para a Educação das Relações Étnico-Raciais.

Vale salientar que Cicera Nunes juntamente da autora Wilma de Nazaré Baía Coelho organizaram a obra *Educação das Relações Étnico-Raciais no Cariri Cearense: orientações didático-pedagógicas*, destacando em um dos seus artigos, intitulado *Diretrizes pedagógicas para a implementação das leis 10.639/03 e 11.645/08 no Cariri-Ceará*, que a formação docente: “[...] deve se dar a partir de um trabalho colaborativo entre universidades, secretarias de educação, escola, num diálogo permanente com os movimentos negros e indígenas e com a produção de conhecimento nesse campo” (NUNES, 2022, p. 53).

Assim, construímos laços afetivos com as professoras da EMEI, possibilitando colaboração mútua, e facilitando o percurso dessa pesquisa.

1.2 Breve descrição da EMEI Francisca Letícia do Amaral Brasileiro

A EMEI Francisca Letícia do Amaral Brasileiro, localiza-se na Rua Antônio Cruz Macedo s/n, CEP: 63024-100, no bairro São José, município de Juazeiro do Norte-CE, e-mail: escolaprofaleticiadoamaral@seduc.juazeiro.ce.gov.br. Sua criação ocorreu mediante a Lei 4.322 de 22 de maio de 2014, homologação pelo decreto Nº 003 de 16 de março de 2016, expedido pelo prefeito da época Raimundo Macêdo. Atualmente passou por uma reforma realizando sua reinauguração no dia 13 de outubro de 2022, na gestão do prefeito Glêdson Lima Bezerra.

Sua área média é de 1,2 mil m², contendo dez salas de experiências, onde 4 (quatro) delas possuem banheiro e chuveiros compartilhados, dois banheiros de acessibilidade às crianças, quatro banheiros para adultos, uma sala para os professores, um refeitório, uma cantina com dispensa, uma lavanderia, um depósito para merenda, um almoxarifado, uma sala de Atendimento Educacional Especializado - AEE, uma sala para a direção/secretaria e um jardim com parquinho. Ela atende a 192 crianças/famílias que demonstram a necessidade de uma escola em tempo integral para matriculem seus/as filhos/as, por pertencerem à classe trabalhadora de diferentes ramos da economia municipal.

Em entrevista com uma moradora do bairro São José há doze anos e próxima da EMEI, identifiquei que o local demonstra tranquilidade aos moradores e que a maioria dos seus habitantes se declaram como negros, com poucos recursos e baixo índice de acesso a escolaridade.

Nas proximidades da EMEI, existe outra escola que atende crianças maiores no Ensino Fundamental, esta denomina-se Escola Municipal Maria de Lourdes, a qual segundo relato da entrevistada desenvolve um projeto de capoeira com os alunos. Também relatou que as professoras das turmas do infantil V, da EMEI, costumam levar as crianças para visitarem a Escola Municipal Maria de Lourdes para se familiarizar com o espaço e os profissionais do Ensino Fundamental.

No relato a entrevistada descreveu outras instituições que compõem o bairro São José no entorno da EMEI. Destacou uma igreja católica e outra evangélica, comércios do Atacadão e Carajás, oficinas de carros e uma fábrica de calçados. Relatou que alguns moradores trabalham nesses comércios, destacando os que possuem Ensino Médio. No tocante às referências culturais do local, citou uma senhora rezadeira, mas que não tem aproximação com a mesma.

Em relação a EMEI Francisca Letícia do Amaral Brasileiro, relatou que é uma instituição acolhedora, mas que deixa a desejar na quantidade de vagas ofertadas ao atendimento das crianças, tendo em vista que as famílias do bairro são muito carentes e a maioria delas não possuem condições financeiras para investir em escolas particulares. Assim, poucos alcançam a escolaridade básica e/ou garantem estabilidade profissional.

Figura 3 - Registro fotográfico da EMEI



Fonte: Acervo da Pesquisadora (05 de setembro de 2023 - após o desfile cívico com o tema 20 anos da Lei 10.639/03: Construindo uma educação antirracista)

É importante destacar que as crianças da EMEI, são filhos/as de famílias, as quais em sua grande maioria conseguiram concluir a educação básica e trabalham como empregadas domésticas, em fábricas e supermercados do bairro São José e/ou em outros bairros de Juazeiro do Norte. Durante a semana as crianças ficam integralmente na escola e convivem com suas famílias no período da noite. Nos finais de semana costumam visitar seus familiares convivendo com avós, tios/as e com primos/as. A maioria das famílias praticam tradições do catolicismo e se identificam como pretos e pardos.

Mediante um breve levantamento de dados junto à diretora e secretária da EMEI Francisca Letícia do Amaral Brasileiro, as quais demonstraram interesse em participar da pesquisa, respondendo algumas questões e disponibilizando o Projeto Político-Pedagógico da instituição para análise, verifiquei que a instituição atende à 192 crianças, com atuação de vinte professoras, sendo quinze delas veteranas e as demais novatas a partir de 2021.

Identifiquei também que o PPP, destaca cinco documentos como essenciais à educação das crianças: a nova Base Nacional Comum Curricular Comum (BNCC); a Constituição Federal (BRASIL, 1988); o Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA (BRASIL, 1990); Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional – LDB (BRASIL, 1996) e a recente Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil – DCNEI (BRASIL, 2009). Dessa forma destaca como sua missão: promover um ambiente educacional que favoreça o desenvolvimento e aprendizagem das crianças contemplando suas subjetividades e especificidades.

No tocante aos documentos que regem o PPP institucional esperamos que a Lei 10.639/03 possa ser implementada, assim como em sua missão, passando a desenvolver concepções pedagógicas que reflitam a diversidade étnico-racial nas interações e brincadeiras das crianças cotidianamente em sua proposta curricular.

1.3 Concepções pedagógicas para o trabalho com as infâncias à luz dos valores civilizatórios afro-brasileiros

Após o estudo da arte anteriormente descrito e da constatação de que o PPP da EMEI ainda não implementou a lei 10.639/03 em sua proposta curricular, procurei desenvolver uma análise significativa à Educação Infantil que dialogue com a diversidade étnico-racial e contribua com o desenvolvimento pleno das crianças, esta análise fundamentou-se nas concepções pedagógicas para o trabalho com as infâncias à luz dos valores civilizatórios afro-brasileiros.

Em primeira instância observei que a proposta pedagógica das instituições de Educação Infantil conforme as DCNEI (BRASIL, 2009), Art. 7, inciso V, deve comprometer-se com o rompimento de relações de dominação étnico-racial. Nesse sentido, em 2012 foi elaborado o documento intitulado “Educação Infantil e práticas promotoras de igualdade racial”, objetivando contribuir com formação continuada dos educadores apoiando-os no desenvolvimento de práticas pedagógicas voltadas à igualdade racial.

Seu primeiro capítulo intitulado *Gestão – Todos juntos*, remete ao compromisso que os educadores devem assumir em conhecer as leis, a história da população negra bem como suas contribuições culturais e sociais na formação do Brasil. Também impulsiona o conhecimento dos documentos oficiais, tais como as DCNEI (BRASIL, 2009) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (BRASIL, 2004). A página 15 deste documento orienta que: “Para isto, nada melhor do que elaborar e implementar um projeto institucional, que tem como maior mérito conjugar, ao mesmo tempo, informação, conhecimento, formação continuada e práticas pedagógicas transformadas coletivamente”.

No tópico 1.3 deste capítulo encontra-se a relevância da dimensão formativa dos profissionais promovida pelas instituições, como por exemplo em palestras, visitas a espaços culturais, ONGs, museus e condições para acesso a vídeos, filmes, livros e sites que dialoguem com a temática.

Na página 17 o documento reforça a dimensão de parcerias com as famílias, destacando algumas ações: acolhimento inicial com a matrícula das crianças, apresentação da instituição, do processo de adaptação nos primeiros dias e dos cuidados com as entradas e saídas das mesmas, motivando a participação ativa das famílias nas reuniões, discussões da proposta pedagógica, eventos e projetos a serem desenvolvidos na Educação Infantil. Mais adiante o documento orienta sobre as parcerias com ONGs e museus que trabalham com a questão racial, objetivando o enriquecimento das experiências infantis.

O capítulo 2 do documento trata sobre a organização dos espaços, materiais e tempos para apoiar as práticas promotoras da igualdade racial, começando pelo ambiente de aprendizagem, observando que os espaços por não serem neutros revelam valores e atitudes, os quais se identificam com os “artefatos culturais”, isto é, com o trabalho manual produzido pelos seres humanos, suas formas de ser nos âmbitos individual e coletivo, tais como: brinquedos, livros, imagens, documentos, etc. Esse material muitas vezes passa despercebidos pelos profissionais da educação, priorizando saberes como superiores e outros como inferiores no contexto histórico-sócio-cultural.

Quando as paredes estão repletas de desenhos fixos, pintados por adultos, com personagens infantis de origens europeia ou norte-americana, exortações religiosas de uma única religião, ou ainda letras e números com olhos, bocas e roupas, etc., há uma concepção de infância explicitada. Uma visão de criança homogênea, infantilizada e branca. Não há espaço para a variedade de imagens ou para a produção da criança real que habita a instituição” (Educação Infantil e Práticas Promotoras de Igualdade Racial, 2012, p. 20).

Por isso é tão significativo desenvolver desde a primeira infância um trabalho educativo onde as crianças possam conhecer a população negra e se reconhecer-se como parte dessa história: sejam elas contadas nos livros de literatura infantil visibilizadas na decoração dos espaços de experiências infantis, atividades lúdicas, brinquedos, danças, músicas, entre outros artefatos culturais. Em concordância com esse material disponibilizado nos espaços, os tempos da rotina devem favorecer temáticas africanas, brincadeiras de príncipes e princesas, heróis e heroínas negras, jogos, cantos, filosofias, beleza e arte afro-brasileira.

O último ponto do capítulo 2, refere-se aos projetos desenvolvidos em uma sequência didática composta por ações docentes fundamentadas nas aprendizagens infantis, como por exemplo observação das características físicas individuais e coletivas das crianças mediante o autorretrato, organização de um sarau a partir das lendas africanas, comemoração das festas juninas no estilo afro-brasileiro, etc.

No terceiro capítulo do documento “Experiências de aprendizagem na Educação Infantil”, há o convite aos docentes desenvolverem boas prática para a igualdade racial a partir de dois eixos: identidade afro-brasileira e patrimônio cultural na Educação Infantil.

O primeiro eixo deverá explorar aspectos de como desenvolver uma identidade afro-brasileira e a construção de uma autoimagem positiva na Educação Infantil. “Se as crianças negras receberem mensagens positivas dos adultos e de seus pares acerca de seus atributos físicos e demais potencialidades, aprenderão a se sentir bem consigo” (Educação Infantil e Práticas Promotoras de Igualdade Racial, 2012, p. 29).

O segundo eixo refere-se ao patrimônio cultural afro-brasileiro e as suas matrizes culturais as quais influenciaram na formação da identidade brasileira por meio da linguagem, das religiões, comidas, festas, brincadeiras, músicas, danças, artes visuais, etc. Toda essa riqueza do patrimônio cultural afro-brasileiro deve ser experienciada desde a Educação Infantil. Assim, os profissionais devem fazer valer práticas opostas a qualquer tipo de racismo contra as crianças. “O respeito e conhecimento acerca das características do pensamento das crianças é a principal especificidade do professor de Educação Infantil. Ouvi-las e compreender as relações que estabelecem é indispensável” (Educação Infantil e Práticas Promotoras de Igualdade Racial, 2012, p. 37).

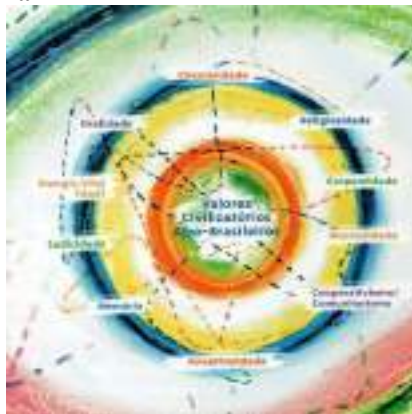
Esse documento também desafia o professor a conhecer os povos africanos e suas formas de ser e estar no Brasil e no mundo, destacando o continente africano e sua imensa: “[...] diversidade política, econômica, social, cultural e linguística. Conhecer essa amplitude e variedade é importante para romper com a ideia simplista de que podemos nos referir a África como se fosse um país único com habitantes de uma única origem” (Educação Infantil e Práticas Promotoras de Igualdade Racial, 2012, p. 41).

Nesse sentido a intelectual brasileira que agiu em virtude de uma educação antirracista voltada para as singularidades das crianças/jovens, priorizando os seus saberes e as suas vivências, foi Azoilda Loretto da Trindade, a qual idealizou os valores civilizatórios afro-brasileiros, visibilizando o protagonismo do povo africano, assim rompendo com padrões e/ou tradições favorecedoras do racismo estrutural.

Pensar sobre racismo estrutural é compreender que a maioria das instituições de ensino, mesmo após a elaboração da lei 10.639/03, ainda não discutem de forma ampla e consistente as tensões raciais que permeiam nossa sociedade. Uma das grandes preocupações de Azoilda era como lidar com nossas crianças nos espaços de ensino que não valorizam a cultura afro-brasileira e os tantos corpos negros inseridos nos cotidianos escolares que não tinham suas subjetividades valorizadas e visibilizadas. (SILVA, 2021, p. 46).

Pensando no exposto, Azoilda propõe os valores civilizatórios afro-brasileiros, objetivando ressignificar a diversidade africana no Brasil a partir de suas contribuições históricas, filosóficas, culturais e sociais. Nesse sentido idealizou o diagrama abaixo:

Figura 4 - Valores civilizatórios afro-brasileiros



Fonte: TRINDADE, Azoilda Loretto. Saberes e fazeres: caderno de metodologia/Ana Paula Brandão, Katia Santos; [organizadoras]. 1. ed. –Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2015. (Coleção kit pedagógico: Projeto A Cor da Cultura)

Conforme Gisele Rose da Silva (2021), filósofa e educadora, em sua obra intitulada *Azoilda Loretto da Trindade: o baobá dos valores civilizatórios afro-brasileiros*:

Ao pensarmos sobre os valores civilizatórios afro-brasileiros, criamos possibilidades de contar novas histórias, de inserir sujeitos e subjetividades dentro deste ambiente escolar que pode, e deve ser acolhedor e respeitoso com todas e todos. [...] Azoilda nos mostra que esses valores podem ser pensados e aplicados dentro e fora do cotidiano da escola, agindo como estratégia de múltiplas atuações (SILVA, 2021, p. 54).

A autora proporciona nesta obra uma viagem lúdica e afetiva na compreensão dos valores civilizatórios afro-brasileiros idealizados por Azoilda Loretto da Trindade. Inicia com o princípio do AXÉ/ENERGIA VITAL, destacando a vida que pulsa em cada ser e a relevância de suas ações, expressões e interações com os outros. Nesse processo a ORALIDADE traduz as vozes silenciadas, dando visibilidade às singularidades e a liberdade de expressão em uma perspectiva afetiva, isto é, “[...] praticar uma oralidade que afete o outro e como via de mão dupla deixar que o outro fale e nos afete” (SILVA, 2021, p. 56).

Adiante a autora refere-se à CIRCULARIDADE, como característica marcante na constituição humana, presente nas rodas de compartilhamento de saberes e fortalecimento dos laços afetivos entre os sujeitos. Como por exemplos as rodas de capoeira, samba e conversas. Nesse processo a CORPOREIDADE ou formas se ser e estar no mundo, impulsiona: “Compreender sobre corpos que tiveram suas existências negadas, subjugadas, subalternizadas

e, em muitos casos apagadas é refletir sobre uma outra possibilidade de encarar nossas questões relacionadas as nossas subjetividades nos diversos espaços” (SILVA, 2021, p. 57).

Nessa perspectiva a autora faz menção a outro valor civilizatório afro-brasileiro, a LUDICIDADE, promotora das celebrações pela vida, alegria de partilhar com os outros: felicidade, afetividade e distrações. A MUSICALIDADE é uma mistura dessa ludicidade, com os instrumentos emissores de sons capazes de produzir emoções e/ou gerar afetos, valor civilizatório afro-brasileiro que “[...] promove momentos lúdicos e únicos de entrelace entre corpos numa perspectiva de integração e harmonia, aguçando nossos sentidos e afetando nossas existências” (SILVA, 2021, p. 57).

A COOPERATIVIDADE, outro valor civilizatório afro-brasileiro que permite unir objetivos, conquistar transformações sociais em coletividade com outros sujeitos dispostos a pensar e mediar ações em prol de bens comuns a todos.

A MEMÓRIA, construída pelas recordações da família, pelos espaços frequentados e pelas vivências afetivas, relaciona-se a outro valor civilizatório afro-brasileiro a ANCESTRALIDADE, raízes familiares que traduzem culturas, tradições, crenças e múltiplas características em cada sujeito.

A RELIGIOSIDADE, abrange o sagrado contemplando a existência de todos os elementos da natureza, os quais afetam e são afetados conforme os seus territórios, outro valor civilizatório afro-brasileiro TERRITORIALIDADE, lugar de pertencimento composto por relações individuais e coletivas, sejam elas decorrentes do meio familiar, religioso, comunitário, etc. Por isso Azoilda não se refere à um tipo de religião, “[...] compreendendo que a religiosidade é que deve ser pensada em todos os espaços com base no respeito e na afetividade” (SILVA, 2021, p. 58).

Vale salientar que “[...] a afetividade está presente na prática do resgate desses valores civilizatórios afro-brasileiros que se apresentam como uma energia vital que nos motiva a ver, tocar, falar e compreender o outro” (SILVA, 2021, p. 57-58).

Nessa perspectiva Azoilda, explica o porquê dessa afetividade no resgate aos valores civilizatórios afro-brasileiros, em seu artigo intitulado “Fragmentos de um discurso sobre afetividade”, presente no Caderno de Textos do Projeto A Cor da Cultura, organizado por Ana Paula Brandão e Kátia Santos (2015, p.70): “Porque afetividade tem relação direta com o influenciar e ser influenciado, potencializar, possibilitar. Porque afetividade está relacionada ao gostar de gente, propiciar encontros, contatos e afetações”. Ação pedagógica que denominei de Pedagogia Afro-Afetiva, na qual os valores civilizatórios afro-brasileiros entrelaçam todas as práticas pedagógicas afetando positivamente os sujeitos e suas relações étnico-raciais.

Para uma melhor compreensão da Pedagogia Afro-Afetiva na ação pedagógica dediquei no terceiro capítulo desta dissertação o subtópico 3.2.

PARTE 2 - CONSTRUINDO LAÇOS AFETIVOS MEDIANTE AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A capacidade de afetar e ser afetado pelo outro, pelo entorno, é fundamental para um processo educativo que se propõe voltado para a compreensão e respeito às diferenças que nos constitui como sujeitos do cotidiano.

Azoilda Loretto da Trindade

Antes de realizar os encontros na EMEI, apliquei um questionário para traçar o perfil profissional docente, no formato *google form*. Este, foi respondido por dezessete professoras, as quais são formadas em Pedagogia, possuem especialização na área, a maioria atua há mais de dezesseis anos na Educação Infantil e não tiveram acesso às disciplinas voltadas para ERER, conforme dados ilustrados abaixo:

Gráfico 2 - Quantidade de professoras da EMEI com formação em ERER



Fonte - Questionário Google form aplicado às professoras da EMEI

Objetivando promover a autorreflexão docente frente à diversidade étnico-racial na primeira infância, foi realizado o primeiro encontro com as professoras da EMEI-Francisca Letícia do Amaral Brasileiro. Este ocorreu na tarde do dia 23 de março de 2023, com a presença da professora Dra. Cicera Nunes, a qual esteve inspirando um novo pensar e um novo fazer na Educação Infantil a partir da socialização de suas experiências com as relações étnico-raciais.

Figura 5 - Professoras da EMEI



Fonte: Acervo pessoal

(Primeiro encontro com as professoras da EMEI e participação especial da professora Cicera Nunes)

Nesse sentido é relevante destacar uma das falas instigadoras da professora Cicera Nunes: “[...] é com esse espírito de querer aprender e de gratidão também pelo acolhimento da escola que parou uma tarde inteira, faz tempo que a gente consegue reunir tanta gente, tantos professores dentro de uma escola de Educação Básica, para discutir esse tema”.

Dando continuidade à sua fala agradeceu a equipe gestora pelo apoio na execução do projeto. Mais adiante falou da labuta para conquistar o sonho dos mestrados profissionais na área de humanas pela Universidade Regional do Cariri – CE, destacando como exemplos os Mestrados Profissionais em Educação, Ensino de Artes e Ensino de História. Explicou o jeito de fazer a pesquisa nos mestrados profissionais, os quais objetivam orientar os profissionais a transformarem os seus locais de trabalho em laboratórios de pesquisa, buscando intervir na realidade e contribuir significativamente com o processo educativo dos sujeitos na proporção que se aperfeiçoam profissionalmente.

Também compartilhou sua história de vida, descrevendo experiências vivenciadas não somente como professora/coordenadora de Curso(s)/Grupo(s) de Estudos entre outras funções exercidas nas universidades/mestrados, mas também como professora que já foi da rede municipal de Juazeiro do Norte, o que deixou as professoras da EMEI ainda mais à vontade para expressarem suas emoções no decorrer do diálogo e encorajadas a discutirem esse tema tão desafiador, tendo em vista que a maioria, não teve a oportunidade de cursar uma disciplina na formação inicial, voltada à Educação das Relações Étnico-Raciais.

Nesse ambiente de trocas de experiências, apresentei os objetivos da pesquisa enfatizando os valores civilizatórios afro-brasileiros em nossa base identitária, caminho a trilharmos na Educação Infantil, positivando a formação da identidade afro-brasileira das crianças a partir da construção de uma proposta curricular que priorize a Pedagogia Antirracista, seja mediante projetos, atividades acolhedoras capazes de fazerem as crianças se sentirem valorizadas pelo que são e/ou felizes com a diversidade étnico-racial que as constituem e protagonistas de suas histórias de vida em todo tempo.

Trabalhar com os valores e referências afro-brasileiros é fundamental na Educação Infantil, pois as crianças possuem diferentes linguagens, as quais os adultos em decorrência de suas frustrações bloquearam ao longo da vida e não conseguiram desenvolvê-las plenamente. As crianças estão a todo tempo apontando caminhos de ressignificação do eu, do outro e do nós, das escutas, falas, pensamentos e imaginação, do corpo, gestos e movimentos, dos traços, sons, cores e formas, espaços, tempos, quantidades, relações e transformações. Todos esses caminhos formam os campos de experiências na Educação Infantil, conforme a BNCC (BRASIL, 2018).

Para favorecer os campos de experiências na Educação Infantil em virtude dos valores civilizatórios afro-brasileiros: memória, ancestralidade, oralidade, axé/energia vital, corporeidade, religiosidade, cooperação/comunitarismo, musicalidade, ludicidade, circularidade e territorialidade é necessário mediações educativas repletas de afeto e sensibilidade. Nesse sentido, destaco o texto da Azoilda, intitulado: *Valores e referências afro-brasileiros*, presente no Caderno de Metodologias do Projeto A Cor da Cultura, organizado por Ana Paula Brandão e Kátia Santos. Sobre a memória, a autora afirma:

É fundamental que trabalhemos a memória, para vermos como ela está nos nossos prédios, na nossa cidade, no nosso corpo, no nosso coração, na nossa história, na nossa existência, em toda sua plenitude, no nosso modo de andar, cantar, sentir, ser gente, querer. Nessa perspectiva, numa imersão, numa espécie de aquecimento, na tentativa de reverter um processo que historicamente vem massacrando especialmente os afro-brasileiros de pele escura, [...] (TRINDADE, 2015, p. 52).

A memória sendo trabalhada desde a infância com tais mediações, contribui com uma formação positiva das identidades e dos sentimentos de pertencimento étnico-racial das crianças, tendo em vista as contribuições dos povos africanos e afrodescendentes nos contextos históricos, sociais e culturais brasileiros. A negação dessas ricas contribuições em nossa constituição humana tem atrofiado o desenvolvimento dos sujeitos, ocasionando o racismo estrutural e conseqüentemente o silenciamento das populações negras no Brasil.

Reverter esse cenário na Educação Infantil é contribuir com experiências que visibilizem as riquezas das memórias constituídas no passado, dando sentido nas relações estabelecidas entre “o eu, o outro e o nós”, em tempo real. Em síntese, a memória é inseparável de outros valores afro-brasileiros, como por exemplo da ancestralidade e da oralidade.

Compreender desde a infância o que somos por meio da nossa ancestralidade é conceber experiências que potencializam os “traços, sons, cores e formas” em nossa constituição identitária, percebendo características físicas, como por exemplo a textura do cabelo, a cor da pele, formas de se expressar e se comunicar com gestos entre outros aspectos valiosos, os quais nos definem e marcam nossas histórias principalmente no período da infância.

Faz parte da essência infantil, se aventurar com as histórias contadas, fantasiando o mundo, as pessoas e procurando imitá-las e/ou representá-las em seu cotidiano. Mediá-las positivamente nesse processo é permitir que suas “escutas, falas, pensamentos e imaginação” se apropriem da ancestralidade afro-brasileira que carregam em suas histórias de vida. Essa apropriação ocorre mediante a oralidade onde: “A palavra do outro pode ser vista como elemento de construção de uma educação centrada no diálogo entre as pessoas e no infinito de possibilidades que esse diálogo pode vir a propiciar, [...]” (TRINDADE, 2015 p.62). Por isso:

Ver/ouvir pessoas idosas, mais vividas, as memórias da vivência afro-brasileira que elas trazem, carregam e compartilham. É uma atividade de pesquisa, investigação e construção do conhecimento, marcada pela aproximação, pelo contato direto, não só pelo livro, pelo vídeo, pelo mediado, pelo distante. Ir ao encontro (TRINDADE, 2015, p.57).

A soma dessas experiências constituirá o axé/energia vital das crianças “[...] como vontade de viver, de aprender. Viver com vigor, com alegria, com brilho no olho, acreditando que a vida é um/o presente, o dia a dia” (TRINDADE, 2015, p.75). Esse axé/energia vital, se expressa no “Corpo, gestos e movimentos” das crianças.

Acreditar na vida como presente divino, relaciona-se a outro valor afro-brasileiro: a religiosidade. “Essa perspectiva nos remete ao respeito ao outro, à alteridade, ao louvor, à saudação, ao mimo, ao cuidado com o outro” (TRINDADE, 2015, p. 59). Este valor, perpassa os “Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações”, impulsionando as crianças formularem concepções do mundo físico, sociocultural e espiritual, pois na medida que aprendem sobre os seus corpos, animais, plantas entre outros seres vivos, fenômenos naturais e atmosféricos que as cercam no mundo físico, potencializam suas experiências no campo familiar, social, cultural por meio de costumes/tradições diversas e fortalecem sua espiritualidade e/ou crenças, fé e zelo pela vida.

No processo de concretização dessas experiências é fundamental o exercício contínuo dos demais valores civilizatórios afro-brasileiros: cooperação/comunitarismo, musicalidade, ludicidade, circularidade e territorialidade. No tocante a cooperação/comunitarismo é preciso entender que não há como viver isolado, individualmente, necessitamos uns dos outros para viver. Não há Brasil sem África, seus costumes e tradições complementam e cooperam com nossas crenças, formas de viver e constituir nossas histórias pelo mundo.

Nesse processo de constituição histórica os seres humanos se expressam cotidianamente pela musicalidade, ou mais um valor afro-brasileiro. Afinal o que seria de todos nós sem o prazer pela música, modo de expressão particular que contagia e é contagiado no/pelo coletivo. O que seria da Educação Infantil sem a arte da música e/ou das canções que aprimoram os saberes infantis e desenvolvem suas linguagens orais, gestuais, visuais e cognitivas. Nessa perspectiva somos muito prestigiados pelo talento melódico, rítmico e sonoro afro-brasileiro, podendo ser melhor aproveitado nas interações e brincadeiras infantis. Assim configurando mais um valor civilizatório que é a ludicidade.

A ludicidade torna os sujeitos capazes de brincar, jogar, dançar, fantasiar e imaginar, assim como os povos africanos que mesmo forçados a sair de suas terras com muita crueldade, sendo torturados e escravizados no Brasil por mais de quatrocentos anos, não perderam seu potencial criativo, brincante e imaginativo.

Esse potencial também se expressa por meio da circularidade, outro valor civilizatório afro-brasileiro caracterizado pelo movimento nas rodas de samba, capoeira, histórias entre outras manifestações culturais consagradas no Brasil. Na roda todos conseguem ser visualizados e oportunizados em suas falas, gestos e demais linguagens. Esse valor é fundamental na Educação Infantil, nas rodinhas de conversas sobre os conhecimentos de si, do país e do mundo que vivem, abrindo caminhos para o diálogo positivando as relações étnico-raciais e fortalecendo o sentimento de pertencimento territorial.

Este último valor afro-brasileiro consiste na territorialidade, referente à construção da identidade a partir do espaço (deslocamento, rotas de fuga, redes de pertencimento), natureza (flora e fauna), sociedade (relações individuais/coletivas familiares e comunitárias), culturais (tradições regionais) e político (relações de poder, posses de terra).

No primeiro encontro com as professoras da EMEI, pedi que construíssem um plano relacionado às relações étnico-raciais a partir dos valores civilizatórios afro-brasileiros, aliados aos campos de experiências da Educação Infantil. Dividi as professoras em três equipes, as quais escolheram um livro de histórias infantis voltado à temática EREER. Posteriormente, planejaram e compartilharam suas propostas.

A primeira equipe escolheu o livro *Com qual penteado eu vou?* Escrito por Kiusam de Oliveira. Este, possibilitou a fruição de muitas emoções, memórias ancestrais e recordações que o tempo não pode apagar. As crianças da história entenderam o real sentido da vida comemorando o centenário do seu bisavô, Seu Benedito. a leitura coletiva dessa obra, despertou nas professoras o sentimento de sororidade, ilustrado majestosamente na história.

Quando todas as minhas primas e meus primos entraram, nos juntamos e olhamos umas para as outras, uns para os outros e a emoção transbordou de nossos olhos por estarmos, mais uma vez, juntos, delicadamente, nossas mãos foram se unindo umas nas outras e, como elos de uma corrente, nos juntamos. - Mamãeeee! - gritei. Agora entendi o que a senhora sempre fala sobre: **Sororidade** - Sororidade? - Perguntaram em coro as crianças. - Sim - respondi. - Sororidade é quando nós, meninas, temos a certeza de que juntas somos mais fortes, mais belas, mais inteligentes, mais poderosas. **Sem brigas, sem competições.** (OLIVEIRA, 2021, grifo do autor, p. 40).

Figuras 6 e 7: Primeira apresentação das professoras



Fonte: Acervo pessoal

A segunda equipe escolheu o livro “O pequeno príncipe preto”, escrito por Rodrigo França. Nesta obra as professoras entenderam que:

Era muita briga, todos viviam em guerra. Que planeta mais estranho esse tal de Planeta Terra. Então o Príncipe Preto gritou UBUNTU. Todos ficaram em silêncio e não se ouvia nenhum zum-zum-zum. UBUNTU significa estar junto, colado. Ficar sozinho não está com nada, melhor é estar acompanhado (FRANÇA, 2020, p. 26-27).

Figuras 08 e 09: Segunda apresentação das professoras



Fonte: Acervo pessoal

A terceira equipe escolheu o livro “Ei, você! Um livro sobre crescer com orgulho de ser negro”, escrito por Dapo Adeola. Nesta obra as professoras foram impulsionadas a sonhar e contribuir com mudanças significativas onde estiverem inseridas, lembrando todos os dias: “[...] de ter seus próprios sonhos. Outros tentarão nos contar nossas histórias ou até mesmo nos apagar completamente delas. Cada um de nós tem o poder de criar a mudança que desejamos ver no mundo...” (ADEOLA, 2021, p. 41-42).

Figuras 10 e 11: Terceira apresentação das professoras



Fonte: Acervo pessoal

Todas as apresentações traduziram propostas pedagógicas embasadas nos valores civilizatórios afro-brasileiros e indicaram aspectos fundamentais na formação da identidade infantil, como por exemplo: princípios estéticos a partir da cor da pele e das diferentes texturas dos cabelos promovendo autoestima e autoconfiança nas crianças, sentimento de

pertencimento, respeito pelas relações étnico-raciais, valorização das características físicas e culturais africanas e afro-brasileiras no Brasil e no mundo.

Essa troca de experiência possibilitou o entendimento sobre a necessidade de materiais didáticos, organização do espaço e propostas pedagógicas com potencial para disseminar as relações étnico-raciais na vida das crianças.

PARTE 3 - SOMANDO FORÇAS EM BUSCA DE SABERES E FAZERES AFRO-AFETIVOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Para a mudança de mentalidade e de ações cremos ser necessária a construção de uma escola e de uma sociedade sem racismo e que valorize todos os matizes de que somos construídos.
Azoilda Loretto da Trindade

Realizar o sonho de uma escola e de uma sociedade sem racismo é unir forças em virtude da afro-afetividade e/ou reconhecimento dos valores civilizatórios afro-brasileiros como peça fundamental no saber e fazer pedagógico cotidiano. Afro-afetividade é ser tocado e poder tocar alguém a partir das relações étnico-raciais que nos constituem, ações diárias praticadas por todos os sujeitos envolvidos no processo educativo: famílias, docentes, gestores, secretários, porteiros, merendeiras, auxiliares, assistentes, dentre outras funções indispensáveis na educação básica dos sujeitos.

Para poder tocar alguém é necessário um trabalho coletivo onde todos se reconheçam como gente, assim como Paulo Freire expressou em seu poema intitulado “A Escola é”:

[...] O lugar que se faz amigos. Não se trata só de prédios, salas, quadros, programas, horários, conceitos... Escola é sobretudo, gente Gente que trabalha, que estuda que alegre, se conhece, se estima. O diretor é gente, O coordenador é gente, O professor é gente, O aluno é gente, Cada funcionário é gente. E a escola será cada vez melhor na medida em que cada um se comporte como colega, amigo, irmão. Nada de “ilha cercada de gente por todos os lados” Nada de conviver com as pessoas e depois, descobrir que não tem amizade a ninguém. Nada de ser como tijolo que forma a parede, indiferente, frio, só. Importante na escola não é só estudar, não é só trabalhar, É também criar laços de amizade, É criar ambiente de camaradagem, É conviver, é se “amarrar nela”! Ora é lógico... Numa escola assim vai ser fácil! Estudar, trabalhar, crescer, fazer amigos, educar-se, ser feliz. É por aqui que podemos começar a melhorar o mundo (FREIRE, Paulo).

Somente quando cheguei na universidade, no Curso de Pedagogia na URCA, fui tocada por docentes que faziam/fazem acontecer esse poema de Paulo Freire, contribuindo com a melhoria do mundo a partir do afeto positivo de encorajamento, amizade e parceria nas conquistas. Na minha educação básica percebia o trabalho isolado e individualista dos meus professores/as o que aumentava o distanciamento da realidade que vivia, gerando insegurança e falta de estímulo em todo o coletivo.

Hoje sou professora de Educação Infantil e desejo que todos os meus saberes e fazeres afetem positivamente a vida das crianças e das demais professoras, não somente da minha convivência na EMEI, mas em toda rede de ensino de Juazeiro do Norte-CE.

Em relação ao sonho de afetar as professoras da EMEI, desenvolvi um grupo focal (GF) com a participação ativa de 7 (sete) professoras, as quais ficaram à vontade para dialogar e contribuir com a nossa pesquisa. Uma das professoras também contribuiu com suas observações a partir do diálogo vivenciado ao longo de três encontros do GF.

No tocante à rede municipal de Juazeiro do Norte, escrevi um livro intitulado *Cartas afro-afetivas das professoras de Educação Infantil em Juazeiro do Norte-CE*, objetivando compartilhar o sentimento de construir afro-afetos na coletividade docente e disseminar os valores civilizatórios afro-brasileiros para o fortalecimento das relações étnico-raciais na proposta pedagógica da Educação Infantil.

Nesse sentido foi se cumprindo os objetivos desta pesquisa os quais traçaram políticas, epistemológicas e pedagógicas para o trabalho com a diversidade étnico-racial na Educação Infantil. Ao longo dos encontros com o GF, os objetivos específicos também foram concretizados gerando inquietações, questionamentos e comprometimento pedagógico com a temática.

Como descrito anteriormente o primeiro momento com as professoras da EMEI, objetivou analisar concepções que as profissionais tinham sobre diversidade étnico-racial na EI. A partir dessa vivência, as professoras mais interessadas em dialogar com a temática proposta participaram dos demais momentos, objetivando: i) propor um PPP que garanta os direitos de aprendizagem e o desenvolvimento infantil, no que cerne a diversidade étnico-racial; ii) propor uma proposta curricular mediante os valores civilizatórios afro-brasileiros; iii) refletir sobre os processos de formação docente voltados a diversidade étnico-racial na primeira infância.

3.1 Dialogando sobre a efetivação de um Projeto Político-Pedagógico Afro-Afetivo

Em cada encontro realizado nesta pesquisa percebi o envolvimento das professoras da EMEI na construção de um PPP compatível com a afro-afetividade.

Nessa ocasião vivenciamos uma manhã de conversas, a qual foi intitulada de “Café com propósito”, tendo como pergunta geradora: Como o Projeto Político-Pedagógico pode contribuir com as relações étnico-raciais na Educação Infantil? Como material de apoio ao diálogo com as professoras levei dois textos pequenos um extraído da obra de Eliane Cavalleiro (2021) *Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil*.

O segundo texto extraído do artigo *Do epistemicídio à insurgência: o currículo decolonial da Escola Afro-brasileira Maria Felipa* (2018-2020), das autoras Maria Clara Araújo dos Passos e Bárbara Carine Soares Pinheiro (2021), para melhor representar as falas das professoras no decorrer do diálogo, destaquei alguns detalhes importantes divididos em três categorias: Situação Recorrente (SR), Expressão Reforçadora do Racismo (ERR) e Mediação Afro-Afetiva (MAA), tendo como referência experiências com as crianças na EMEI.

Tabela 3: Relatos docentes das situações vivenciadas com as crianças na EMEI

SITUAÇÃO RECORRENTE (SR)	EXPRESSÃO REFORÇADORA DO RACISMO (ERR)	MEDIAÇÃO AFRO-AFETIVA (MAA)
SR-1	Uma criança branca expressa no olhar que não quer sentar perto da criança preta. “Não gosto de você!”	Elogios diários e valorização das características afro-brasileiras a partir da leitura de imagens com personalidades pretas.
SR-2	Uma criança negra ao ver sua imagem refletida em uma brincadeira, se recolhe, diz que é feia, não presta, tem a cor marrom. “Criança feia!”	Relatar diariamente sobre especificidades das crianças apresentando-lhes suas qualidades e valorizando suas características físicas.
SR-3	Criança negra isolada/que não gosta de interagir na rodinha, nem nas brincadeiras coletivas. “Essa criança tem algum problema!”	Realizar a dinâmica do abraço em si mesmo demonstrando a importância individual de cada um, e depois exercitar o abraço coletivo apreciando as diferenças que nos unem.
SR-4	Criança negra que demonstra comportamento inadequado. “Criança violenta!”	Conhecer a história de vida da criança, manter a comunicação interessada e participativa com a família.

Fonte: Elaborada pela autora

A SR-1 foi relatada por duas professoras de turmas diferentes, as quais têm percebido a rejeição das crianças brancas em relação às crianças pretas. Expressões que reforçam o racismo (ERR) mediante o sentimento de desprezo e indiferença entre as crianças e seus pares, podendo ocasionar também um ambiente de superioridade e/ou inferioridade entre os sujeitos.

Assim, uma das formas de mediação afro-afetiva (MAA) que as professoras praticam é elogiar as características afro-brasileiras das crianças, proporcionando reflexões a partir da leitura de imagens com personalidades pretas. Tal mediação gera nas crianças satisfação, positivando a formação da identidade e aflorando o sentimento de pertencimento ao universo afro-brasileiro.

Na SR-2 duas professoras destacam uma (ERR) de uma mesma criança que demonstra não aceitação de suas características físicas, negando sua cor e se envergonhando de pertencer às populações negras. Relatam as tentativas diárias que desenvolvem para reverter essa situação recorrente, como (MAA), as professoras relatam para a criança o oposto do que ela expressa rotineiramente, dizem que ela é uma menina linda, brincalhona, divertida reforçando com elogios diários.

Uma professora relatou que sempre vê o status da mãe desta criança nas redes sociais e fica impressionada como ela se posiciona, postando fotos de crianças brancas com olhos azuis e fazendo comparações com suas filhas. Como (MMA) a professora procura realizar atividades que valorizam esteticamente a beleza das populações negras nas experiências com as crianças.

Outra professora fala sobre a importância de buscar conhecimentos sobre essa temática, como exemplo destaca uma leitura que tem feito atualmente do livro *O olho mais azul* da autora Toni Morrison, explicou que este livro trata-se de um estudo sobre raça, gênero e padrões de beleza, o que considera primordial no trabalho com as crianças, para elas se reconhecerem positivamente a partir de suas características físicas.

Essas falas revelam o interesse das professoras em melhor contribuir com a autoestima das crianças a partir de estudos que fortaleçam as relações étnico-raciais em suas práticas pedagógicas.

A SR-3 é vivenciada pela maioria das professoras com crianças negras que não gostam de interagir na rodinha e nas brincadeiras. Como (MAA), as professoras procuram desenvolver atividades que fortaleçam os laços afetivos da turma, como por exemplo realizando a dinâmica do abraço individual e coletivo nas rodinhas de conversa, mostrando que cada criança tem uma riqueza herdada de sua família, que ao chegar na escola partilha dessa riqueza com as demais crianças e adultos do seu entorno.

Na SR-4, uma das professoras relata que há uma criança negra em sua turma demonstrando comportamento inadequado, como (MAA) procura conhecer sua história de vida, se comunicando com a família. Quando a professora perguntou o que estava acontecendo que a criança vinha demonstrando tanta agressividade na EMEI, a avó respondeu: “[...]eu não sei mais o que faço! A mãe abandonou ele, o pai não quer nem saber, eu o vi à míngua e peguei

para criar. Mas trabalho o dia todo, só chego a noite, pago para virem buscar ele e trancarem em casa enquanto eu chego”. Dando continuidade ao diálogo explicou que quando a criança não ficava sozinha em casa assistindo TV, ficava na casa do primo jogando videogame.

Essa fala da avó demonstra sua sobrecarga de trabalho para poder manter a sua família e ao mesmo tempo, cuidar do neto abandonado pelos pais. Facilitando a compreensão da professora do motivo pelo qual a criança estava tão agressiva. A SR-4 demonstra o interesse da professora em conhecer a histórias de vida da criança para poder melhor acompanhá-la.

As (SR) juntamente das (ERR) e das (MAA) vivenciadas com as crianças na EMEI, indicaram caminhos de “Como o PPP pode contribuir com as relações étnico-raciais na Educação Infantil?”. Vale salientar que manteve a confidência dos nomes das professoras na apresentação de suas respostas nesta pesquisa, utilizando codinomes por meio das letras do alfabeto. Em síntese nesse encontro com o (GF) a fala da professora A, traduziu as demais, em resposta a questão:

Incluindo ações que valorizem a cultura afro-brasileira. Desenvolvendo durante todo o ano atividades diárias voltadas a destacar a beleza afro-brasileira e o respeito às culturas e histórias de vida de cada um. Usando como recursos: livros, músicas, brincadeiras, teatros e vídeos. Promovendo encontros com toda comunidade escolar para incluí-los nas ações de valorização da cultura afro (Professora A).

Diante da resposta da primeira pergunta geradora, organizamos os detalhes para os demais encontros com o (GF). A riqueza desses momentos traduziu a Pedagogia Afro-Afetiva em uma perspectiva de contribuir com a proposta curricular na EI, e com formação humana/profissional docente.

Figura 12: Professoras ao final do encontro “Café com propósito”



Fonte: Acervo pessoal

3.2 Detalhando a Pedagogia Afro-Afetiva na prática da vida

A Pedagogia Afro-Afetiva (PAA) floresce na vida de alguém a partir do desejo de acolher com respeito e amor às populações negras, assim como suas histórias, memórias, tradições e valores civilizatórios.

Para concretizar esse desejo no meu viver e fazer pedagógico, resolvi buscar conhecimento de alguém que abraçou essa causa muito antes de mim, esta, se chama Azoilda Loretto da Trindade, conhecida por “Azo” no movimento negro.

Azo foi apresentada para mim mediante a professora Cicera Nunes, ainda no Curso de Licenciatura em Pedagogia na URCA, a qual enfatizava em suas aulas os valores civilizatórios afro-brasileiros no trabalho com a educação das crianças e a riqueza do Projeto “A Cor da Cultura”, coordenado pela Azo, comprometida com uma educação antirracista, acolhedora e disseminadora dos conhecimentos africanos e afro-brasileiros, preocupada “[...] em seus escritos e ações com as interações presentes nas instituições de ensino, entendendo este espaço como um local de troca de saberes e afetos e não como um cotidiano escolar que fosse apenas reprodutor de ideias, preconceitos e desigualdades, [...]” (SILVA, 2021, p. 63).

Ciente de que posso contribuir todos os dias com saberes que reflitam os valores civilizatórios afro-brasileiros na EI, procuro sempre compartilhar o que faço juntamente das crianças. Atualmente estou vivenciando do infantil II A na EMEI, o projeto intitulado: “Meu nome tem história” a partir da contação da história “Com qual penteado eu vou?” de Kiusam de

Oliveira (2021). Para aprimorar as experiências com as crianças e suas relações étnico-raciais, pedi que cada família falasse um pouco do significado dos nomes das crianças como forma de demonstração de carinho, acolhimento e afeto a cada uma delas.

Posteriormente convidei as crianças para recontarmos a história usando o significado dos seus próprios nomes, ampliando os saberes sobre os valores civilizatórios afro-brasileiros apresentados na história mediante os nomes, significados e tradições das famílias.

Essa vivência proporcionou reflexões sobre suas existências, características individuais e presentes em suas ancestralidades, memórias, oralidade, ludicidade, corporeidade, cooperativismo e territorialidade, dentre outros valores afro-brasileiros explorados.

Com esse espírito criativo a Pedagogia Afro-afetiva poderá florescer todos os dias em nossas interações e brincadeiras com as crianças, proporcionando sentindo para viverem e protagonizarem suas histórias com alegria, curiosidade, fantasias, emoções e sentimentos positivos sobre suas características físicas, suas tradições afro-brasileiras, também rompendo com ideias homogeneizadoras na EI e contribuindo com novas formas de fazer e viver o processo educativo.

Nessa perspectiva realizei o segundo encontro do (GF) com as professoras da EMEI, denominado “Salada de frutas dos valores civilizatórios afro-brasileiros”, nesta ocasião a pergunta geradora foi “Porque os valores civilizatórios afro-brasileiros precisam compor os projetos desenvolvidos na EI?” Estimulei o diálogo no (GF) a partir da leitura do artigo de Fábio Leite (1996) “Valores Civilizatórios em sociedades negro-africanas”. Essa leitura proporcionou às professoras, percepções de uma Pedagogia Afro-Afetiva, isto é, de um processo educativo que flui a partir dos valores civilizatórios afro-brasileiros.

Apropriando-me da obra *Memória das palavras*, do “Projeto A cor da cultura”, escrito por Rogério Andrade Barbosa (2006), utilizei algumas palavras africanas que enriqueceram o vocabulário brasileiro e foram referenciadas por Barbosa (2006), para dar codinomes as professoras. “Em nosso vocabulário, muitas das palavras usadas no dia a dia têm origem nos falares herdados da mãe África, procedentes de diferentes grupos étnico-linguísticos, como os iorubás e, especialmente, os povos bantos” (BARBOSA, 2006, p. 5). As palavras de destaque foram:

1. Angola: Nome dado a uma das mais conhecidas modalidades do jogo de capoeira. E, também, a um dos cinco países africanos de língua portuguesa (BARBOSA, 2006, p. 7).
2. Bantos: Povos trazidos do sul da África, principalmente da Angola e Moçambique, que espalharam sua cultura, idiomas e modos (BARBOSA, 2006, p. 9).

3. Caxangá: jogo praticado em círculo. Os versos de uma velha cantiga, baseada nessa brincadeira, são bem populares.

Escravos de Jó
Jogavam caxangá
Tira, bota,
Deixa zambelê ficar
Guerreiro com guerreiro
Fazem zigue-zigue e zás... (BARBOSA, 2006, p. 15).

4. Diamba: um tipo de erva alucinógena (BARBOSA, 2006, p. 17).
5. Êre: Divindade ligada a infância. Criança em iorubá (BARBOSA, 2006, p. 18).
6. Farofa: Mistura de farinha com água, azeite ou gordura (BARBOSA, 2006, p. 19).
7. Ginga: Movimento corporal na capoeira, na dança e no futebol (BARBOSA, 2006, p. 20).

Acredito que para viver a pedagogia afro-afetiva na EI é necessário partilhar de todos estes significados na vida e na prática: desempenhando a docência com força e resistência como a Angola, desenvolvendo talentos semelhantemente aos povos Bantos, brincando na circularidade das nossas experiências como acontece no caxangá, exalando o cheiro do envolvimento e do encanto com a EI, reconhecendo todos os dias a êre/criança como um ser divino, temperando a vida como a farofa e movendo-se cotidianamente como a ginga. Nessa perspectiva elaborei a tabela seguinte repleta de percepções e sensibilidades partilhadas pelas professoras da EMEI.

Tabela 4: Percepções das docentes sobre a Pedagogia Afro-Afetiva na EI

Professoras	Percepções da Pedagogia Afro-Afetiva nos projetos da EI	Sensibilizando ações
Angola	“É importante a partilha dos valores civilizatórios afro-brasileiros na EI para que as crianças ampliem os seus repertórios, desconstruam estereótipos, preconceitos e racismo.”	“Historicamente só é validada a cultura europeia, branca. A religião que se compartilha é a Católica. Nossos referenciais precisam migrar para outros pontos que deem visibilidade e valorização a diversidade, não se limitando apenas a uma cultura vista como “certa” ou “ideal””.
Bantos	“Nós que fazemos a EI devemos entender que os valores civilizatórios afro-brasileiros dão sentido as questões essenciais do ser, dos modos de viver, daquilo que somos. Como a gente trabalha com a criança integralmente, com reforços positivos de: você pode, você consegue, você é importante [...] não tem como essa criança não aprender [...]”	“Tanto nós adultos, quanto as crianças, só conhecemos praticamente, o capitalismo como modo de vida, no qual as pessoas usam alguém para chegar em um determinado bem. É tão provável que se pergunta: o que você vai ser quando crescer? A criança não vai ser, ela já é, ela não precisa crescer para ser alguém”.

Caxangá	“Na EI trabalhamos com os brinquedos, mas não costumamos relatar sua origem, como nossos ancestrais brincavam com esse brinquedo?”	“A gente lança muito conteúdo e não busca conhecer o que as crianças trazem de casa. Vamos deixá-las viverem sendo elas mesmas, apresentando o que gostam, pois o que a gente ama, a gente cuida”.
Diamba	“O importante de trabalhar os valores civilizatórios afro-brasileiros desde bebês é para conhecê-los como parte de nós”.	“Quando alguém dizer que “há um pouco de índio dentro de nós”, não haverá nenhum estranhamento. Ao contrário do relato da colega que percebeu o espanto de sua turma com essa afirmação.
Erê	“Na EI devemos apresentar para as crianças a cultura afro-brasileira, a questão da ancestralidade para elas se reconhecerem a partir dessas culturas, histórias de vida, fazendo nascer o sentimento de pertencimento e representatividade”.	“A partir dos valores civilizatórios afro-brasileiros na EI a criança desenvolverá a autoestima, poderá se identificar: “[...] eu não sou branca, eu sou negra, com meu cabelo cacheado/crespo e todas as minhas características [...], eu sou linda e maravilhosa, eu tenho o meu espaço, [...]”.
Farofa	“Os Valores civilizatórios afro-brasileiros farão as crianças perceberem os laços étnico-raciais”.	“A criança formulará hipóteses: “apesar de não ser índia ou africana, tenho no meu sangue, nas minhas características físicas, a presença dessas etnias”.
Ginga	“É muito importante trabalhar os valores civilizatórios afro-brasileiros na construção do PPP, na escola como no todo, para efetivar uma política antirracista”.	“Conscientizar as crianças sobre os valores civilizatórios é trabalhar com a dignidade humana, evitando episódios como o da professora negra que foi obrigada pelos seguranças do Atacadão a se despir para provar que não estava roubando nada do local”.

Fonte: Elaborada pela autora

Nessa roda de conversa com as professoras da EMEI, pude perceber a preocupação de cada uma em construir um Projeto Político-Pedagógico que abrace os Valores Civilizatórios Afro-Brasileiros (VCAB). A professora Angola enfatiza em sua fala os VCAB como fundamentais na ampliação dos repertórios na EI, ampliar como forma de expandir ou crescer nos saberes que nos fortalecem, inerentes a nossa essência.

Nesse sentido a professora Bantos complementa destacando que o desenvolvimento infantil pleno interdepende de reforços positivos a partir do que as crianças já são e não do que elas virão a ser, o futuro é agora!

A pedagogia afro-afetiva é o caminho para tornar visível e atuante cada sujeito: empoderando, contribuindo com sua alta-estima, fortalecendo sua identidade com percepções

recíprocas de si e do outro, produzindo um convívio harmonioso e valorativo, onde haja espaço para aceitação das diferenças como forma de enriquecimento cultural, expansão do que somos e compreensão da nossa ancestralidade.

A fala da professora caxangá, me trouxe à memória uma canção que costumava cantar na infância a qual dizia em seu refrão: “Cativar é amar, é também carregar, um pouquinho da dor, que alguém tem de levar. Cativou, disse alguém: laços fortes criou. Responsável é você, pelo o que cativou”. Ela destaca que cada docente é capaz de cultivar os bons sentimentos e desenvolver um bom relacionamento com as crianças a partir das mediações afro-afetivas. Nesse processo a criança sempre será o centro do planejamento, onde suas expressões, brincadeiras, afinidades e preferências serão garantidas nos projetos e demais atividades.

A professora Diamba, enfatiza os VCAB como base de nossa existência, em concordância com a professora Erê, que vislumbra um PPP mediado pelos VCAB para potencializar o protagonismo das crianças a partir de suas culturas e histórias de vida. Complementando essas percepções da Pedagogia Afro-Afetiva, as professoras Farofa e Ginga destacam uma política antirracista como base de reflexão e ação docente, pois quando o problema de um se torna o problema de todos, o objetivo será um bem comum resultando na transformação das mentalidades e das atitudes.

Figura 13: Dialogando com as professoras no encontro “Salada de frutas dos valores civilizatórios afro-brasileiros”



Fonte: Acervo pessoal

Após todas essas percepções e sensibilidades das professoras da EMEI, meu coração se encheu de gratidão por cada momento compartilhado e pelas valiosas contribuições apresentadas nesta pesquisa o que resultou na vivência do nosso último encontro com (GF), denominado de “Feijoada da gratidão”. As experiências deste momento transformaram-se em um livro

apaixonante, intitulado *Cartas Afro-Afetivas das Professoras de Educação Infantil em Juazeiro do Norte-CE*.

PARTE 4 - CARTAS AFRO-AFETIVAS DAS PROFESSORAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL EM JUAZEIRO DO NORTE-CE

Creio que essa dimensão da acolhida, respeitosa e amorosa, do corpo do outro tem uma história-memória social de violência, mutilação e insensibilidade com relação a seu corpo e aos corpos dos seus iguais, é uma chave para a permanência e o sucesso das nossas crianças, em especial as crianças negras, na escola. Permanência e sucesso, não de vítimas ou de carentes, mas de cidadãos de direito, vitoriosos sobreviventes de racismo, exclusões e injustiças sociais.

Azoilda Loretto da Trindade

O Município de Juazeiro do Norte localizado no estado do Ceará, possui uma população de 286.120 habitantes conforme pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2022). Foi neste sexto município mais populoso do interior do nordeste brasileiro, que ressignifiquei minhas concepções e práticas pedagógicas na Educação Infantil, desde janeiro de 2021.

Período no qual o Brasil enfrentava há mais de um ano os impactos negativos da pandemia Covid-19. Esta, até os dias de hoje, registrou 706.986 óbitos, conforme a Organização Mundial de Saúde (OMS), deixando também sequelas irreparáveis tanto na vida daqueles que conseguiram vencer a doença quanto no cotidiano daqueles que não foram acometidos pela covid-19, mas, sofreram com o isolamento social, causador do aumento da ansiedade e da depressão nas pessoas, conforme indicado nos estudos da (OMS).

Nesse contexto a educação brasileira foi impactada, passando a desenvolver sua rotina pedagógica virtualmente, mediante vídeos, áudios, reuniões, planejamentos e formações mediante o google meet, uma das maiores plataformas de videoconferências reconhecida mundialmente. Todos os dias interagíamos com uma turma de crianças bem pequenas com faixa etária entre um ano e sete meses a três anos e onze meses, as quais demonstravam a cada novo encontro suas especificidades históricas, sociais e culturais.

Nesse percurso também crescia a minha primeira filha, Deborah Anny, a qual teve uma grande complicação após o seu nascimento, chegando a ser desenganada pelos médicos, mas, como um milagre divino resistiu às adversidades, reagindo a cada dia na Unidade de Terapia Intensiva (UTI) do Hospital e Maternidade São Camilo em Crato-CE. Tais vivências me deram forças para viver e continuar lutando por uma Educação Infantil mais humanizada, que respeite as especificidades de cada criança.

Com esse olhar afetuoso ligado a maternidade que pulsava em mim diante da educação e dos cuidados diários para com a minha filha, desempenhando a docência em turma de

Educação Infantil (EI) na EMEI Professora Francisca Letícia do Amaral Brasileiro em Juazeiro do Norte, no período de pandemia, fui aprovada no Mestrado Profissional em Educação pela Universidade Regional do Cariri (MPEDU/URCA).

Fui aluna da turma de 2022.1, tendo como linha de pesquisa, “Práticas educativas, culturas e diversidades”, tendo como orientadora a Professora Cicera Nunes, a qual me apoiou em cada etapa, dispondo de atenção para me ouvir e indicar possibilidades de concretização do meu Projeto de Pesquisa intitulado: “Diversidade Étnico-Racial na Educação Infantil: dialogando com o Projeto Político-Pedagógico e a formação docente”.

Este, teve sua concretização na EMEI Professora Francisca Letícia do Amaral Brasileiro em Juazeiro do Norte, com apoio da gestão em especial da diretora, a qual sempre demonstrou interesse e acolhimento ao longo da minha trajetória no MPEDU, conjuntamente da coordenadora pedagógica, a qual participou atenciosamente dos encontros com Grupo Focal (GF) ocorridos na EMEI, encorajando as professoras seguirem em frente com os estudos do (GF).

Nossos encontros foram repletos de afeto e comprometimento com a Pedagogia Afro-Afetiva (PAA), isto é com os Valores Civilizatórios Afro-Brasileiros (VCAB): axé/energia vital, oralidade, circularidade, corporeidade, musicalidade, ludicidade, cooperação, memória, ancestralidade, religiosidade, territorialidade, idealizados por Azoilda Loretto da Trindade, potencializando uma educação antirracista baseada no afeto e no acolhimento das crianças.

Em seu artigo intitulado “Valores civilizatórios afro-brasileiros na Educação Infantil”, Azo, destaca aspectos fundamentais a serem trabalhados com as crianças a partir de Mediações Afro-Afetivas (MAA), quando se refere ao axé/energia que pulsa em todos nós, afirma:

Podemos trabalhar a potencialização deste princípio nas nossas crianças, se nosso olhar, nosso coração, nosso corpo senti-las verdadeiramente assim. Elogios, um afago, brincadeiras de faz-de-conta, nas quais elas se sintam a mais bela estrela do mundo, a mais bela flor, alguém que cuida, alguém que é cuidado. Um espelho para que elas se admirem, para que brinquem com o espelho, e se habituem a se olhar e a serem olhadas com carinho e respeito (TRINDADE, 2005, p. 33).

A Azo descreve a oralidade na EI como encorajadora da libertação, do compartilhamento de saberes, mediante “[...] momentos em que a história, a música, a lenda, as parlendas, o conto, os fatos do cotidiano possam ser ditos e reditos. Potencialize a expressão “fale menino, fale menina”” (TRINDADE, 2005, p. 33).

Ao se referir a circularidade como fonte de renovação presente na capoeira, nas histórias contadas ao redor da fogueira, entre outras tradições afro-brasileiras, recorda: “Já fazemos as

tradicionais rodinhas na Educação Infantil, e nas reuniões pedagógicas, nas reuniões dos responsáveis. Que tal potencializarmos mais a roda, com cirandas, brincadeiras de roda e outras brincadeiras circulares? (TRINDADE, 2005, p. 34). Dando continuidade, destaca a corporeidade como patrimônio a ser explorado com mais intensidade na EI:

Um povo que foi arrancado da África e trazido para o Brasil só com seu corpo, aprendeu a valorizá-lo como um patrimônio muito importante. [...] Valorizar os nossos corpos e os de nossas crianças como possibilidades de construções, produções de saberes e conhecimentos coletivizados, compartilhados. Cuidar do corpo, aprender a massageá-lo, tocá-lo, senti-lo, respeitá-lo é um dos nossos desafios no pedagógico com a Educação Infantil. Dançar, brincar, rolar, pular, tocar, observar, cheirar, comer, beber, escutar com consciência (TRINDADE, 2005, p. 34).

Expressa também a musicalidade e o prazer que ela desperta, fazendo florescer em cada um/a: alegria de viver, sorrir, cantar, dançar, batucar como expressão de sentimentos que dão sentido à vida.

Portanto, mãos à obra, som na caixa e muita música, muito som, mas não os “enlatados”, as músicas estereotipadas, o mesmo que vemos na TV e em quase todos os momentos da escola, nos quais a música se faz presente. Vamos ouvir músicas que falem da nossa cultura, que desenvolvam nossos sentidos, nosso gosto para a música e, com isso, não produzirmos alienados musicais desde a tenra idade. Nosso país é riquíssimo em ritmos musicais e em danças, que tal investirmos neste caminho? Conhecer para promover (TRINDADE, 2005, p. 34).

Nessa perspectiva a Azo descreve a ludicidade no viver e fazer pedagógico com as crianças:

Se não fôssemos um povo que afirma cotidianamente a vida, um povo que quer e deseja viver, estaríamos mortos, mortos em vida, sem cultura, sem manifestações culturais genuínas, sem axé. Portanto, brinquemos na Educação Infantil, muita brincadeira, muito brilho no olho, muito riso, muita celebração da vida (TRINDADE, 2005, p. 34-35).

Ao final do seu texto, a Azo destaca a cooperatividade, nas vivências e interações orientando: “A cultura negra, a cultura afro-brasileira, é cultura do plural, do coletivo, da cooperação. Não sobreviveríamos se não tivéssemos a capacidade da cooperação, do compartilhar, de se ocupar com o outro” (TRINDADE, 2005, p. 35).

Com esse espírito de cooperatividade apresento as cartas afro-afetivas de professoras que abraçaram o sonho de construir uma Educação Infantil a partir da Pedagogia Afro-Afetiva, guiada pelos Valores Civilizatórios Afro-Brasileiros tão importantes na ressignificação do “Eu sou” para fortalecimento do “Quem somos”.

4.1 Entrelaçando nossas histórias de vida mediante a cooperatividade na Educação Infantil

Nossos encontros com as professoras da EMEI resultaram em uma nova caminhada conjunta e aliada a Pedagogia Afro-Afetiva, assim como vivenciamos o encontro com (GF) nomeado Feijoada da Gratidão.

Esse dia me fez lembrar do início da minha história na EMEI: por um lado marcada pelas adversidades da Covid-19 no Brasil e, por outro sentido, reavivando em mim o sentimento de maternidade, neste caso da minha segunda filha Ruth Mirelly, a qual nasceu no ápice da minha pesquisa de mestrado, me acompanhando em cada etapa do seu desenvolvimento.

Assim como o meu esposo Thomas Jefferson que filmou e fotografou com muito carinho cada detalhe da pesquisa vivenciada com as professoras da EMEI e também, a minha sogra Maria de Fátima, que além de me ajudar com os cuidados da Ruth, preparou uma feijoada deliciosa como forma de agradecimento a cada professora que se dispôs em contribuir com esta pesquisa tão significativa em meu viver.

Esse dia foi essencial para o entrelace das nossas experiências. A partir da pergunta geradora: Qual a relação entre minha história de vida e as relações étnico-raciais? Cada professora ficou à vontade para relatar e escrever uma carta, contando um pouco de sua história.

Figura 14: Dialogando com as professoras no encontro “Feijoada da gratidão”



Fonte: Acervo pessoal

CARTA 1

Juazeiro do Norte-CE, 29 de abril de 2023.

Ao diálogo com o Projeto Diversidade Étnico-Racial na Educação Infantil.

Ao pensar nas minhas experiências de vida no tocante as relações étnico-raciais, fui surpreendida ao perceber que primeiramente nunca havia pensado sobre o assunto. Depois fiquei surpresa muito mais quando simplesmente não encontrei nas minhas lembranças infantis nenhum amigo ou amiga negro/a.

Busquei nas minhas memórias da escola, da rua e nada. A relação étnico-racial que eu tive foi nas ilustrações dos livros de história, nas páginas que mostravam os escravos acorrentados. Nenhuma professora ou catequista me veio à mente. Foram minutos angustiantes de busca, que me mostraram a bolha em que vivi, e era uma grande bolha.

Eu lembrei da minha avó paterna que era negra, ela era boa e eu a amava. Mas, escutei muitas falas dela racistas e também de outros idosos daquela época, e a família tratava aquilo como algo muito engraçado e naturalizado entre a gente.

No Ensino Médio eu fui estudar no Agrícola e percebi que dependendo do local que eu estava, aumentavam o número de pessoas negras no meu convívio. No Agrícola, tinham poucas mulheres e menos ainda mulheres negras. As duas mulheres negras que me lembro eram separadas das outras, acredito que elas se afastavam como autodefesa das críticas que tinham vivido até ali, e eu não era amiga delas.

Eu agradeço a oportunidade singular que me foi dada por meio deste projeto, na qual pude entender o meu fazer pedagógico e a minha forma de pensar as relações étnico-raciais até então. O mergulho na minha história, conforme as experiências ou in experiências com a diversidade desnudam a apatia e a falta de importância que eu tratava o tema na prática. Apesar do discurso estar sempre dentro dos conformes e cheios de frases clichês. O chão da sala de aula é o melhor lugar para um refazer constante, desconstruindo o que não foi bom, e reconstruindo enquanto educadora, mas, principalmente enquanto ser humano.

Alécia Pereira Pontes

CARTA 2

Juazeiro do Norte-CE, 29 de abril de 2023.

Nasci em 28 de janeiro de 1976, filha de professora e caminhoneiro, meus pais, sempre muito esforçados, buscaram pra mim e meus irmãos o que eles não tiveram a oportunidade de

desfrutar O meu pai quando criança foi entregue pela família, porque os mesmos diziam não ter condições de criá-lo, a pobreza era latente e assim foi crescendo, de lar em lar, com aqueles que no momento se dispunham a lhe dar um teto.

Estudou até a 4º série, abandonou os estudos, pois precisava trabalhar na roça, onde mais lhe mandavam. Minha mãe conta que andava alguns quilômetros para conseguir chegar na escola, passava o dia de fome, porque, com era longe, tinha que sair muito cedo e acabava voltando muito tarde. Nessa época as escolas não forneciam merenda, mas não desistiu, foi crescendo e os meus avós mudaram do sítio para a vila, lá, ela conseguiu continuar estudando. Foi nesse local que ela e meu pai se conheceram. Iara – CE, distrito da cidade de Barro – CE.

O meu avô materno, homem preto, sem estudos, de família simples e honesta, assim como meus pais, buscava o melhor para seus filhos, foi o responsável por buscar sair do sertão, momento em que o Ceará passava por grandes dificuldades, muitas famílias migraram em busca da sobrevivência, de início foi para a vila de Iara, anos mais tarde para a cidade de Juazeiro do Norte, cidade na qual suas filhas estudaram e foram transformando a realidade de todos.

Minha avó materna, mulher, nordestina, analfabeta funcional, não foi fácil, mas ela sempre visionaria buscou junto ao vózinho realizar para os filhos sonhos que pareciam impossíveis na época, ver todos os seus filhos, formados e independentes.

Honro todos os que me antecederam, não sei bem sobre os ancestrais do meu pai, o meu avô Nelson, a minha avó Isabel, pobres em uma época que o Nordeste, o Ceará enfrentavam grande desilusão, a indústria da seca operava na região, os pobres explorados, marginalizados, esquecidos e desvalidos, famílias inteiras, sonhando e clamando por chuva, para conseguir plantar e ter o que comer, crianças que não passavam dos dois anos de idade. Sei que eles tiveram seus motivos em abandonar meu pai. Nós os perdoamos, eles estão em nossas preces, somos gratos a eles por termos o nosso painho. Homem digno, de fibra, que tem em seu DNA a fé e a esperança, sabe quem é e o que quer e sempre quis na vida.

A minha mãe tem com ela algumas questões de infância que se estendeu até a vida adulta, quando ela e minhas tias, por serem miscigenadas, sofriam com palavras mal ditas, onde as comparavam. São cinco filhas, três pretas e duas brancas, viviam sempre questionando se eram irmãs de verdade. Minhas tias pretas se retraíam, não entendiam na época, mas estavam sofrendo racismo. Algo silencioso que gritava em seus corações, mas elas não sabiam verbalizar, argumentar se defender.

Desse modo, sempre vivi nesse meio em que o racismo era vívido. Minhas primas chamadas “nega do cabelo pituim” e questionadas constantemente, “porque você usa essa arapuca na cabeça?” sofriam bem diante dos meus olhos essa violência. Eu como pessoa branca

nunca entenderei completamente essa dor. Mas, me entristeço ao ver que ainda hoje alguns dos meus alunos e alunas, pretos e pardos negam seus cabelos e peles devido a permanência desse racismo.

Portanto, vejo a necessidade de discutir o tema e combater o racismo estrutural presente na sociedade, com o intuito de brevemente ver o mundo minimamente melhor e poder presenciar as crianças para quem dou aula, se olharem no espelho e dizerem com confiança que suas peles e seus cabelos são lindos.

Fabiana Medeiros Santos

CARTA 3

Juazeiro do Norte-CE, 29 de abril de 2023.

Ao diálogo com o Projeto Diversidade das relações étnico-raciais na Educação Infantil.

Olá! Meu nome é Kelly Cristina Maia de Araújo, nasci na cidade de Juazeiro do Norte-CE e sou a primeira filha de quatro irmãs. Iniciei minha vida escolar em uma instituição de ensino privado, da Educação Infantil até o Ensino Fundamental II, portanto tive pouquíssimos(as) colegas negros.

Na Educação Infantil, lembro que só tinha um colega negro, o Hélio e no Fundamental I, somente uma colega que era a Isabel, percebia que ela ficava bastante incomodada em relação ao cabelo. Essa temática das relações étnico-raciais não era abordada por nenhum professor(a). Nessa escola que estudei, do Infantil ao Fundamental II recordo-me de ter tido apenas duas professoras negras.

Ao chegar no Ensino Médio o cenário em relação a colegas negros já mudou, pois fui para uma instituição de ensino público, lá tinha mais pessoas negras, porém essa temática das relações étnico-raciais não era um tema recorrente.

Depois de várias tentativas para passar no vestibular, finalmente em 1997, ingressei na URCA (Universidade Regional do Cariri), no curso de Pedagogia, lá tive um contato mais amplificado sobre a temática abordada, tinha uma professora chamada Rosa, que era professora substituta, do movimento negro e muito engajada em promover ações antirracistas dentro da Universidade. Ela promovia seminários e convidava não somente educandos do curso de Pedagogia como dos demais cursos do campus, esses encontros falavam sobre o impacto de piadas racistas.

Após concluir o curso de pedagogia, depois de alguns anos, passei no concurso para professora no Município de Juazeiro do Norte-CE, em 2006. O tema da Diversidade étnico-racial passou a ser mais discutido nas formações, mais ainda de forma esporádica. Na minha prática em sala de aula procuro propiciar essas relações através de brincadeiras, de histórias onde os protagonistas sejam pessoas da diversidade étnico-raciais.

Costumo oferecer bonecas negras para as crianças, no começo quando oferecia as bonecas, tinha uma certa resistência por parte delas em querer brincar com as bonecas brancas. Tanto por crianças brancas e como negras.

Seria muito bom ter mais projetos voltado para essa temática dentro da escola, valorizando a Diversidade nas relações étnico-raciais. É importante que no PPP (Projeto Político-Pedagógico) da escola esteja inserido ações que contemplem o tema discutido aqui.

Kelly Cristina Maia de Araújo.

CARTA 4

Juazeiro do Norte-CE, 29 de abril de 2023.

Carta escrita a requerimento do Projeto Diversidade Étnico-Racial na Educação Infantil.

Sou Raquel Marcelino Matos Peixoto, nasci em 10 de maio de 1983 no Município de Crato-CE. Sempre morei com meus pais no Sítio Batateiras em Crato, em 2020, casei e passei a residir no Bairro Gisélia Pinheiro. Fiz todo o Ensino Fundamental na Escola Juvêncio Barreto no bairro mesmo, no período noturno desde a 5ª série com 11 anos, pois, tinha que cuidar da minha mãe que estava muito doente, mas para concluir o 3º ano tive que ser transferida para a escola José Alves que ficava na Vila Alta, devido a modalidade de ensino desenvolvida não ser permitida para a minha idade na antiga escola.

Quando criança não tive acesso a histórias e até os desenhos na TV Globo e SBT, era em preto e branco então não tinha noções de cores. Quando fui para a escola pela primeira vez, lembro-me que estava com um vestido lindo. O único vestido que eu tinha, pois, todos os anos uma senhora presenteava-me com um vestido (minha única roupa nova). Ao entrar na sala sentei-me na mesa, espalhei o vestido e todas as crianças se aproximaram de mim, me senti uma princesa.

Depois veio a realidade só ia suja e com roupas muito velhas, então comecei a sentir uma sensação de abandono e humilhação por parte de todos da escola. Não entendia o porquê de não poder ser anjo nas coroações de Maria no mês de maio, de não ser escolhida para desfilar.

O tempo passou e quando cheguei no Fundamental eu só pensava em tirar notas boas, pois era a única coisa que eu poderia fazer para ser respeitada. Fui construindo laços afetivos, emprestavam-me roupas quando necessário, sempre tinha uma amiga por perto. O Ensino Médio, foi mais tranquilo, já me destacava nas notas e estava participando das coisas da igreja, estava bem inserida na comunidade, sem nunca pensar em questões de padrões estéticos, étnicos ou culturais.

Em 2001 entrei na Universidade Regional do Cariri- URCA, no curso de Pedagogia. Então todas essas questões de padrões vieram à tona nesse período, sofria calada, só não desisti da faculdade por que sabia que era a única chance que teria de mudar a situação em que eu e minha família vivíamos. Não era humilhada por ninguém pelo contrário faziam questão que eu estivesse inserida nos grupos deles, mas o pior preconceito é você mesmo. Chamava-me para lanche e por não ter dinheiro eu não ia, me isolava, ficava sozinha nas aulas vagas e intervalos.

Na primeira aula que ministrei como professora substituta, na escola do município no mesmo bairro que eu morava, com dinheiro providenciei logo uma farda. Não precisava, mas tinha vergonha das roupas, quando consegui ser aprovada para ser estagiária e depois agente administrativa do SESI-CRATO. Tudo foi melhorando.

Mas, quando cheguei a fase de estágios, pedi para fazer na escola que passei a maioria da minha vida escolar, queria contribuir. A professora olhou para mim e disse que teria que ir armada, devido à violência no meu bairro. Chorei diante de todos e prometi naquele momento a mim e para ela que seria um dos melhores estágios de gestão que ela iria acompanhar. Quando terminou o estágio, me agradeceu. Na faculdade queria muito ser bolsista, fui para a seleção, mas perdi a possibilidade pois o professor disse que eu não poderia por morar longe, não ter transporte e nem computador.

Especializei-me em gestão com ênfase em Psicopedagogia na Faculdade Leão Sampaio. Quando trabalhava no SESI, algumas pessoas chegavam para mim e perguntavam onde eu morava. Quando eu respondia na Batateira, eles logo me interrogavam: Pode sair alguém capaz de trabalhar nessa empresa desse bairro. E eu respondia, eu estou aqui.

Consegui passar nos concursos públicos de Juazeiro do Norte nos anos 2006 e 2009, para os cargos de professora de Educação Infantil, transformando assim a minha vida, na época do segundo concurso, o SESI-CRATO estava na iminência de fechar, mas já tinha sido convidada para trabalhar no SESI-JUAZEIRO, tendo a possibilidade de escolher setores como Saúde e Educação. Na época fiquei muito feliz pois aquela incapaz diante de tantas pessoas passando por tantos preconceitos, naquele momento era tão desejada e valorizada pela empresa. Agradei, mas fiz uma das melhores escolhas da minha vida, fui ser professora de Educação

Infantil, no Município de Juazeiro do Norte 200h/a. No município ainda fui nos anos de 2011 e 2012 Coordenadora Pedagógica.

Com o pouco de conhecimento que tinha sobre a Diversidade Étnico-Racial, e na busca constante de desenvolver uma cultura de respeito por todos os lugares que passo, busquei e busco transformar a realidade de muitos que passaram e passam na minha vida, não é fácil o preconceito está enraizado nas pessoas, mas busco aprender a cada dia para que possa contribuir de forma construtiva para a transformação de pensamentos e ações da nossa sociedade.

Raquel Marcelino Matos Peixoto

CARTA 5

Juazeiro do Norte-CE, 29 de abril de 2023.

Cara colega,

O tema abordado por você em nossos encontros, levou-me a refletir sobre muitas questões em relação as minhas origens e experiências, tenho raízes africanas por parte de minha avó materna, sendo todos os outros avós tidos como caucasianos, descendentes de europeus.

Talvez por estar num contexto familiar miscigenado não percebia nenhum tipo de preconceito e/ou que poderia haver diferenciação nas relações entre as pessoas a depender de sua tonalidade de pele.

Lembrei-me dos anos iniciais da escola, onde o acolhimento carinhoso e respeitoso era para todos.

Tínhamos professores e colegas de todas as cores. E ao mesmo tempo para mim não existia diferenciação. Só com o passar dos anos fui percebendo tanto na sala de aula como no dia-a-dia que para boa parte da sociedade a cor da pele tem importância e faz sim a diferença. Infelizmente percebi que preconceito e racismo sempre teve, porém era silenciado. Nunca debatido, nunca falado, mas vivenciado por muitos e com muita dor.

Meu desejo é que temas sobre relações étnico-raciais sejam explorados em todas as esferas para todas as classes e em todos os níveis. Só dessa forma, com todos envolvidos com um único objetivo de conscientizar a sociedade que todos nós fazemos parte de um enorme grupo formado por vários povos cada um com suas riquezas culturais e suas singularidades.

Por último quero lhe agradecer Sara, pelo incentivo e reforço que você com suas pesquisas e palavras nos encontros, me deu para que eu continue buscando e entendendo melhor

as relações étnico-raciais e a partir dessas experiências contribuir também no dia-a-dia, tanto no trabalho, como na família e em todos os espaços que esteja presente.

Gratidão!

Renata de Sousa Costa da Cunha

CARTA 6

Juazeiro do Norte-CE, 29 de abril de 2023.

Entre encontros, desencontros e reencontros: uma reflexão sobre os caminhos da vida que me trouxeram até aqui.

*“Se fosse fácil achar o caminho das pedras, tantas pedras no caminho não seria ruim”
(Engenheiros do Hawaii).*

Ao diálogo com projeto diversidade das relações étnico-raciais na Educação Infantil.

Olá! Tudo bem? Eu me chamo Simone Salviano Nascimento e, irei contar um pouco do meu percurso de vida até chegar neste momento tão especial.

Nasci no dia 20 de junho de 1989, na cidade do Crato-CE. Desde criança morei no Bairro Lameiro, mais precisamente, no Sítio Luanda onde moro até os dias atuais.

Sou filha de pessoas simples e que acreditavam que o único caminho era por meio da educação. Meus pais eram agricultores e não tiveram muitas oportunidades para estudar, desde muito cedo tiveram que ajudar suas famílias no trabalho, porém, sempre incentivaram e tentaram dar aos filhos a oportunidade que não tiveram.

Então, fazendo um resgate da minha trajetória vem um misto de emoções, vem na memória minha mãe incentivando a estudar para que eu pudesse ter minha autonomia e independência. Hoje sou fruto de valores transmitidos pela minha mãe e de tantas “Marias” fortes e inspiradoras.

Na infância, lembro que cresci em uma família bem grande, com os meus quatro irmãos, avós, tios, primos que se reuniam nas tardes de domingo ouvindo as histórias do meu avô. Histórias do conhecimento popular, do folclore, saberes sobre a natureza como, por exemplo, observar os formigueiros e prever que a chuva estava por vir. Sentir o cheiro que vinha da chapada e dos animais que ali habitavam. Conhecer os frutos, as plantas, suas cores e sabores. E para fechar o dia aquele gostoso banho no rio da água fria.

Em contrapartida, na escola o conhecimento era outro, a valorização dos conhecimentos sistematizados, as histórias eram diferentes com princesas e príncipes brancos. Eu amava a

história da Rapunzel, lia e relia sonhando ser essas princesas que não tinham nada a ver comigo, guardo na memória que não existiam outras referências. Na mídia a valorização de mulheres loiras e sim! Eu sonhei em ser “Paquita”.

Existia um silêncio sobre as relações étnico-raciais em casa, como também, na escola. O negro era retratado com as marcas da escravidão e o índio como alguém que aceitou ser dominado pelo branco em troca de “espelinhos”. E, nesse processo posso destacar que dificultou a construção da minha identidade, foi um período marcado pelo **desencontro**, pois, passei distanciar das minhas origens, desse contato com natureza, de valorizar os conhecimentos do povo mateiro e desejar me enquadrar nos padrões que eram valorizados socialmente.

O tempo foi passando e ao passo que ia avançando nas etapas da educação básica não me recordo de ações afirmativas. Até que um dia chegou o momento de preencher um questionário () negro, () branco, () pardo. Lembro-me da dúvida do que marcar e lembro mais ainda da resposta da professora: “Se você não é preta nem branca, você é parda”. Sem nenhuma problematização, sem discursão sobre nossas matrizes, sem um posicionamento político. Era mais ou menos no automático. E assim vivi marcando nos formulários: Parda... Parda... Parda... Nessa época a busca era se enquadrar em padrões de beleza que não condiziam com o perfil da nossa sociedade.

O cabelo tinha que se liso para ser considerado bonito. Isso contribuiu para construir uma insegurança com minha imagem E, trago marcas até os dias atuais, pois, logo após que engravidei tentei passar pela transição capilar tanto pela questão da utilização de produtos químicos, como pela reflexão de que valores eu estaria passando para minha filha. Foi um processo bastante difícil primeiro pela minha própria aceitação, de não me achar bonita com o cabelo natural. Em segundo lugar, a pressão social para eu voltasse alisar os cabelos como, por exemplo, a fala “você está parecendo descuidada”.

Voltando para o resgate do percurso de vida posso refletir que na Educação Básica havia poucos debates em relação à diversidade, racismo, discriminação e preconceito. Ou melhor, tudo era tratado de forma geral. Existiam ações pontuais voltadas a disciplina do que desconstrução de estereótipos negativos sobre a diversidade. E assim cheguei à Universidade, buscando descobrir quem eu era e qual caminho seguir.

Em 2008, iniciei o curso de Pedagogia pela Universidade Regional do Cariri- URCA e a partir das disciplinas me fizeram ampliar a visão de mundo, construir novos referenciais e começar a compreender um pouco melhor a construção histórica da nossa sociedade. Conheci também, a política das cotas como uma forma de reparação dos danos causados pelo racismo

estrutural através da professora Cícera Nunes. Foi o início para o processo de **encontro** e construção da minha identidade.

Nesse período fui bolsista de iniciação a docência pelo PIBID. Essa foi um impulso para eu descobrir qual meu papel no mundo, pude refletir bastante sobre a minha trajetória e o caminho que queria trilhar. Comecei a desenvolver trabalhos sociais contribuindo com as pessoas da minha comunidade e ajudar aqueles que não tiveram as mesmas oportunidades. Eu e um grupo de amigos fundamos uma associação para conseguirmos melhorias para os moradores com parcerias com entidades oferecendo cursos técnicos entre outras ações.

No segundo semestre de 2012, me formei e iniciei a trabalhar como professora temporária na rede municipal de ensino na cidade do Crato. E nesse momento percebi que não queria repetir aquelas práticas tradicionais descontextualizadas. Foi assim que iniciou um processo de busca, de tentativas, erros e acertos. Trabalhei durante 7 anos com o objetivo de ampliar o repertório cultural das crianças e que elas valorizassem sua história que começava antes mesmo delas nascerem.

Em paralelo, no ano de 2017 ingressei também da rede particular de ensino. Nessa instituição pude aprender bastante e reconstruir minha prática. Contemplando noções de sustentabilidade, ludicidade e protagonismo infantil. Foi nessa época de despertou meu amor pelas contações de história como forma de ampliação de repertórios culturais.

Vivenciando a experiência de trabalhar na rede particular e pública pude aprender bastante e perceber como podemos fazer a diferença na vida das pessoas, principalmente para as crianças da rede pública que não tem muito acesso a conhecimento, cultura e muitas vezes sem o apoio familiar.

Em 2018, comecei minha Especialização em educação infantil URCA, foi uma experiência bastante significativa. Cheia de **encontros** com professoras incríveis com compartilhamento de vivências inspiradoras. Nesse momento, conheci a pesquisadora Sara Raquel, mulher forte, encantadora e de sorriso doce. Na ocasião pude ampliar as noções de currículo para as crianças. Respeitando seus tempos, espaços e trajetórias. Proporcionando práticas pedagógicas que contemplassem a diversidade e respeito às diferenças e apresentar nossa história em uma perspectiva diferente, conhecer e apresentar o continente africano através de suas riquezas e suas influências no nosso país.

Em 2021, ingressei no meu trabalho como professora efetiva na cidade de Juazeiro do Norte. Foi um momento de extrema felicidade, pois, foi à realização de um sonho sonhado por mim, como pelos meus pais e familiares. Foi à prova que o caminho para transformação é a educação.

Infelizmente, meu pai não pode celebrar comigo essa conquista, mas, seus ensinamentos e palavras e energia estão presentes em mim e na minha prática. Ele ensinava “nem os dedos da mão são iguais”. E isso me faz refletir que precisamos sempre respeitar as diferenças, a singularidade de cada ser e acolher.

Dessa forma, busco atualmente oferecer práticas com a sensibilidade ética, estética e política citadas nos documentos oficiais. Valorizando a trajetória de cada criança, como sujeito histórico, cultural e emocional. Enaltecendo que elas são frutos de uma linda história de amor, de força, de luta e de influência negra, indígena e branca.

Nesse novo trabalho foi um período de encontro de novas professoras incríveis, com visões de mundo diferentes e de **reencontros** com outras colegas que conheci na caminhada com trocas, conversas, empatia e cooperação como, por exemplo, Sara. E, nesse processo chegamos até aqui, onde reflito sobre o processo de reconstrução da minha identidade e o que estou fazendo para contribuir para construção da identidade das novas gerações de forma a desconstruir estereótipos negativos, o racismo e o preconceito seja ele de cor, raça, gênero ou classe social.

Como defende o pensador Paulo Freire, em seu livro *Educação como prática da liberdade*: “A Educação é um ato de amor e por isso um ato de coragem. Não se pode temer o debate. A análise da realidade. Não se pode fugir da discursão criadora, sob a pena de ser uma farsa” (FREIRE, 2011, p. 127).

A professora fala: Somos uma misturinha do papai, da mamãe, dos nossos avós, bisavós e tataravós e outros familiares, fruto de uma história que começa antes mesmo da gente nascer.

Esse estudo proporcionou uma reflexão sobre as práticas pedagógicas na instituição e uma nova ação. Foi o fio condutor para que eu pudesse me inspirar e encontrar novas linhas de estudo e pesquisa. Ao revisitar minha história, pude **reencontrar** comigo, hoje posso dizer que tento valorizar como eu sou, ser e usar o que me faz sentir bem. pude também, perceber que sempre estive ao lado de mulheres fortes, batalhadoras. Ao passo que socialmente, muitas vezes não são valorizadas por isso. E surgiram tantas perguntas?

Tantos porquês? Por que tentamos nos enquadrar moldes que nos limitam? E quando uma pessoa não se encaixa nestes padrões. O que fazer?

Nessa problemática comecei a trabalhar com as crianças a desconstrução das primeiras impressões sobre gênero e diversidade que elas aprenderam com a família e comunidade, de forma dialogar sobre estereótipos e estigmas negativos aprendidos socialmente, apresentando novos paradigmas e construir uma imagem positiva de si.

Por fim, quero agradecer a oportunidade de ter participado desse estudo, tendo em vista que, contribuiu bastante para minha prática pedagógica refletindo sobre quais repertórios culturais estou defendendo e, principalmente, para o lado humano de como acolher e como abordar temas considerados tabus com minha filha, família e crianças da instituição que trabalho.

Com carinho, Simone Salviano.

4.2 Contribuindo com o Projeto Político-Pedagógico da Educação Infantil mediante a Pedagogia Afro-Afetiva

Construir um PPP na Educação Infantil é conquistar uma identidade comum a todos os envolvidos no processo educativo. “É, portanto, indispensável a elaboração de um trabalho que promova o respeito mútuo, o reconhecimento das diferenças, a possibilidade de falar sobre elas sem receio e sem preconceitos” (CAVALLEIRO, 2021, p. 101). Buscar desenvolver um sentimento coletivo de acolhimento as diferenças no PPP é conquistar um espaço de participação, onde cada sujeito é protagonista de sua história e capaz de contribuir respeitosa e atitudes mediadoras de outras histórias.

A Pedagogia Afro-Afetiva é capaz de tocar aquilo que é mais significativo nas histórias de vida das pessoas, a sua identidade, mediada pelo acolhimento educativo aos valores civilizatórios afro-brasileiros (VCAB).

As cartas das professoras refletem experiências prazerosas e angustiantes ao longo de suas trajetórias. Na carta 1, é possível compreender o sentimento angustiante da professora ao perceber em suas experiências na Educação Básica a forma desumana que as populações negras eram tratadas nos livros de história, quando afirma: “A relação étnico-racial que eu tive foi nas ilustrações dos livros de história, nas páginas que mostravam os escravos acorrentados” (Professora – Carta 1).

Mas adiante é tocada pelo distanciamento e a falta de sensibilidade dos seus próprios familiares, como se refere na descrição de sua avó paterna e demais idosos do seu entorno: “[...] escutei muitas falas dela racistas e também de outros idosos daquela época, e a família tratava aquilo como algo muito engraçado e naturalizado entre a gente”.

Estas experiências relatadas pela professora na carta 1, aponta para o desconhecimento dos (VCAB) na proposta pedagógica imposta durante muito tempo nas instituições educativas, reforçando mais ainda a prática do racismo pela população idosa. Nesse cenário as crianças não

tinham como construir uma identidade positiva frente as relações étnico-raciais, consequentemente ocasionando o silêncio e a baixa estima coletiva.

Hoje contamos com a Lei 10.639/03, estabelecendo a obrigatoriedade do “[...] estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil” (BRASIL, Lei 10.639/2003, p.1).

Esta obrigatoriedade do currículo escolar brasileiro construir uma proposta pedagógica a luz da Lei 10.639/03 é urgente, pois há vinte anos a luta tem sido acirrada pelo movimento negro, não dar mais para continuar com um PPP homogêneo sem garantia das relações étnico-raciais, sem valorização e o devido respeito ao potencial afro-brasileiro em nossas construções do eu, do outro e do nós. Não admitimos mais o racismo sendo imposto as nossas crianças. Chega!

Na Carta 2, a professora partilha deste mesmo sofrimento, quando afirma:

[...] sempre vivi nesse meio em que o racismo era vívido. Minhas primas chamadas “nega do cabelo pituim” e questionadas constantemente, “porque você usa essa arapuça na cabeça?” sofriam bem diante dos meus olhos essa violência. Eu como pessoa branca nunca entendi completamente essa dor. Mas, me entristeço ao ver que ainda hoje alguns dos meus alunos e alunas, pretos e pardos negam seus cabelos e peles devido a permanência desse racismo (Professora – Carta 2).

Educar crianças é afetar positivamente aquilo que mais lhes chamam atenção na EI: a Educação Artística e as Literaturas principalmente aquelas que permitem visibilizar suas identidades a partir das Histórias Brasileiras.

Estamos em 2023 e ainda hoje as crianças não saborearam em suas experiências na EI, o real sentido dos traços, sons, cores e formas que nos constituem. O PPP atual precisa ganhar traços, sons, cores e formas a partir da identidade afro-brasileira que nos constitui. Como estabelecido na Lei 10.639/03: “Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e Histórias Brasileiras”.

Na Carta 3, a professora relata que apenas em sua formação universitária pôde conhecer o sentido das relações étnico-raciais:

Depois de várias tentativas para passar no vestibular, finalmente em 1997, ingressei na URCA (Universidade Regional do Cariri), no curso de Pedagogia, lá tive um contato mais amplificado sobre a temática abordada, tinha uma professora chamada Rosa, que era professora substituta, do movimento negro e muito engajada em promover ações antirracistas dentro da Universidade. Ela promovia seminários e convidava não somente educandos do curso de Pedagogia como dos demais cursos do

campus, esses encontros falavam sobre o impacto de piadas racistas. (Professora – carta 3).

O PPP atual da EI deve se preocupar em dar sentido para as mobilizações do corpo, gestos e movimentos. Observar os corpos existentes e suas trajetórias ao longo do tempo histórico-sócio-cultural, demonstrar mediante os gestos ou ações capazes de romper com o racismo e movimentar toda comunidade escolar neste sentido, seja por meio da formação continuada docente, reuniões com as famílias, parceria com eventos de potencial antirracista para melhor contribuir com o desenvolvimento pleno das crianças.

Na Carta 4, a mesma professora que: “Não entendia o porquê de não poder ser anjo nas coroações de Maria no mês de maio, de não ser escolhida para desfilar”, demonstra um potencial incrível de superação ao racismo que sofreu mais não entendia o seu significado.

Especializei-me em gestão com ênfase em Psicopedagogia na Faculdade Leão Sampaio. Quando trabalhava no SESI, algumas pessoas chegavam para mim e perguntavam onde eu morava. Quando eu respondia na Batateira, eles logo me interrogavam: Pode sair alguém capaz de trabalhar nessa empresa desse bairro? E eu respondia, eu estou aqui (Professora – Carta 4).

O PPP precisa abrir espaço para a escuta, fala, pensamento e imaginação das crianças dando visibilidade as suas vozes nas contações de histórias, recontos e encenações ao longo de todo o ano na EI. Com um dia na semana para cada turma fazer um reconto de histórias afro-brasileiras.

A Lei 10.639/03 incluiu o dia 20 de novembro como “Dia Nacional da Consciência Negra”, esse dia deveria ser refletido e garantido nacionalmente como feriado intencionado à reflexão das nossas ações de combate ao racismo, o qual ainda hoje nos acorrenta. Assim o desejo da professora – Carta 5, em conjunto de todos os educadores que refletem suas ações e contribuem com uma Pedagogia Afro-Afetiva seria concretizado.

Meu desejo é que temas sobre relações étnico-raciais sejam explorados em todas as esferas para todas as classes e em todos os níveis. Só dessa forma, com todos envolvidos com um único objetivo de conscientizar a sociedade que todos nós fazemos parte de um enorme grupo formado por vários povos cada um com suas riquezas culturais e suas singularidades. (Professora – Carta 5).

E por último, a Carta 6, nos convida a construir um PPP que torne os espaços, tempos, quantidades, relações e transformações significativos na EI. Assim como a URCA transformou a minha vida em conjunto da maioria que aqui apresentou sua carta, a EI também possa ser um espaço de transformação na vida das crianças a partir das relações étnico-raciais.

Esse estudo proporcionou uma reflexão sobre as práticas pedagógicas na instituição e uma nova ação. Foi o fio condutor para que eu pudesse me inspirar e encontrar novas linhas de estudo e pesquisa. Ao revisitar minha história, pude **reencontrar** comigo, hoje posso dizer que tento valorizar como eu sou, ser e usar o que me faz sentir bem. pude também, perceber que sempre estive ao lado de mulheres fortes, batalhadoras. (Professora - Carta 6).

Nessa perspectiva a pesquisa desenvolvida na EMEI proporcionou um olhar sensível das professoras para a efetivação de um PPP pautado na Pedagogia Afro-Afetiva. Como proposta coletiva foi sugerida a continuidade dos encontros acolhendo não somente as professoras e a gestão escolar, mas também as famílias das crianças que queiram participar de um Grupo de Estudos de Educação das Relações Étnico-Raciais para a Educação Infantil (EREREI).

Com esse espírito de parceria edificamos uma rede comprometida com a diversidade étnico-racial na Educação Infantil e com os estudos da EREREI na EMEI.

Figura 15: Momento de fortalecimento dos laços afro-afetivos com as Professoras da EMEI



Fonte: Acervo pessoal

Edificar uma casa não é uma tarefa simples, exige engajamento de toda uma equipe que trabalhe fortalecendo sua base, objetivando a sustentabilidade e a qualidade de vida para os seus habitantes. Na escola o PPP constitui a base de concepções e práticas que dão sustentabilidade ao currículo pedagógico, se a equipe não se envolver no processo de sua edificação não haverá uma boa estruturação, ocasionando muitos problemas. “A escola em que as tomadas de decisão são coletivas, envolvendo toda a comunidade escolar, torna viável a efetiva implementação das DCNERER” (MONTEIRO, 2019, p. 74).

[...] faz-se necessária a implementação da referida Lei, por meio da regulamentação nos documentos normativos e de planejamento dos estabelecimentos de ensino, na exigência da criação de grupos de trabalhos sobre o tema e na garantia de condições humanas, materiais e financeiras para a execução de projetos sobre a temática e mecanismos de avaliação da efetivação da Lei (COELHO; REGIS; SILVA, 2021, p. 3).

No Grupo de Estudos EREREI, serão elaboradas ações, projetos, entre outras estratégias construídas em coletividade com os educadores da EMEI à luz da Lei 10.639/2003 e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana - DCNERER (BRASIL, 2004), baseando-se em seus princípios de: i) consciência política e histórica da diversidade; ii) fortalecimento de identidades e direitos; e, iii) ações educativas de combate ao racismo e a discriminação (DCNERER, 2004, p. 18-19).

O conjunto destes princípios são bases fortes para a condução do trabalho pedagógico em todo o percurso da educação básica, em outras palavras compreende-se que: “Estes princípios e seus desdobramentos mostram exigências de mudança de mentalidade, de maneiras de pensar e agir dos indivíduos em particular, assim como das instituições e de suas tradições culturais” (DCNERER, 2004, p. 20).

Assim, o Grupo de Estudos EREREI na EMEI pretende contribuir com um PPP que zele pelas relações étnico-raciais na EI, priorizando a Pedagogia Afro-Afetiva e os Valores Civilizatórios Afro-Brasileiros em conformidade com a Lei 10.639/03 e as DCNERER.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização desta pesquisa representa um sonho contemplado pela riqueza do diálogo compartilhado com professoras da Educação Infantil. Um caminho de fortalecimento na luta contra o racismo e qualquer forma de preconceito e discriminação que venha corromper as relações étnico-raciais, as quais construímos ao longo das nossas histórias de vidas refletidas socialmente, culturalmente e profissionalmente.

A Pedagogia Afro-Afetiva, impulsionada pela Azo e orientada pela Cícera, me permitiu compreender os valores civilizatórios afro-brasileiros em minha identidade, dessa forma também pude afetar positivamente minhas colegas de trabalho na EMEI Professora Francisca Letícia do Amaral Brasileiro.

É preciso não somente conhecer os valores civilizatórios afro-brasileiros, mas também colocá-los em prática desde a base de formação e ampliação de saberes dos sujeitos. A Educação infantil é esta base que, em oposto a naturalização das práticas pedagógicas reforçadoras do racismo nas salas de experiências, deverá ser baseada nas mediações afro-afetivas, repletas de acolhimento às relações étnico-raciais que nos constituem.

Espero que cada detalhe dessa pesquisa possa fazer diferença na vida de cada docente, disposto a contagiar bebês, crianças bem pequenas e crianças pequenas com axé/energia vital, oralidade, circularidade, corporeidade, musicalidade, ludicidade, cooperação, memória, ancestralidade, religiosidade e territorialidade.

Nessa perspectiva a formação docente precisa ser ressignificada em suas concepções e práticas pedagógicas, com estudos que priorizem a educação antirracista e as mediações afro-afetivas fortalecendo o desenvolvimento das crianças.

Os Cursos de Licenciaturas, em especial o Curso de Pedagogia precisa replanejar urgentemente os seus currículos dando maior potencialidade a Lei 10.639/03 e as DCNERER em suas teorias e metodologias, Estágios Supervisionados, entre outras especificidades didático-pedagógicas.

A partir dos encontros realizados com as professoras da EMEI em decorrência desta pesquisa, surgiu o desejo no coração de cada professora em criar um Grupo de Estudos de Educação das Relações Étnico-Raciais para a Educação Infantil (EREREI), objetivando refletir sobre o PPP e suas ações de efetivação da Lei 10.639/03, das DCNERER e da Pedagogia Afro-Afetiva na Educação Infantil.

Portanto, cooperemos uns com os outros na construção de um Projeto Político-Pedagógico onde as crianças possam ser reconhecidas por quem elas são, priorizando suas

relações étnico-raciais e uma educação antirracista. Assim, construiremos uma história de mais amor e afeto por quem somos, onde expressaremos verdadeiramente em nossas ações e atitudes o “amarás o teu próximo como a ti mesmo” (ALMEIDA, 2011, p. 984).

REFERÊNCIAS

ABRAMOWICZ, Anete; DUARTE, Carolina de Paula Teles; TRINIDAD, Cristina Teodoro; ARAUJO, Débora Oyayomi Cristina de; OLIVEIRA, Fabiana de; ROSEMBERG, Fúlvia; JÚNIOR, Silva Hédio; DIAS, Lucimar Rosa; BENTO, Maria Aparecida Silva; SILVEIRA, Marly; SILVA, Paulo Vinicius Baptista da; CARVALHO, Silvia Pereira de. **Educação infantil, igualdade racial e diversidade: aspectos políticos, jurídicos, conceituais**. São Paulo: CEERT, 2012.

ADEOLA, Dapo. **Ei, você!:** um livro sobre crescer com orgulho de ser negro / Dapo Adeola; tradução Stefano Volp. – 1ª ed. – São Paulo: Companhia das Letrinhas, 2021.

ALMEIDA, João Ferreira de. **Bíblia Sagrada**. Revista e Atualizada no Brasil. 2ª ed. Barueri – SP: Sociedade Bíblica do Brasil, 2011.

ANAIS, VII Congresso Internacional Artefatos da Cultura Negra. **Cosmovisão africana e afrobrasilidades, cultura, religiosidade e educação**, 19 de setembro a 23 de setembro de 2016, Crato [recurso digital] / organizadores: Cicera Nunes; Henrique Cunha Júnior, Reginaldo Ferreira Domingos – Crato-CE: Universidade Regional do Cariri, 2016. 529p.

ANAIS, VIII Artefatos da Cultura Negra: **educação, justiça social e demandas contemporâneas**, de 25 de setembro a 30 de setembro de 2017, Crato [recurso digital] / organizadores: Alexsandra Flávia B. de Oliveira, Cicera Nunes; Cicero Joaquim dos Santos, Henrique Cunha Junior, Reginaldo Ferreira Domingos. – Crato-CE: Universidade Regional do Cariri, 2017.

ANAIS, IX Congresso Internacional Artefatos da Cultura Negra. **Aquilombar é preciso!** 18 de setembro a 22 de setembro de 2018, Crato [recurso digital] / organizadores: José de Caldas Simões Neto; Cicera Nunes. – Crato-CE: Universidade Regional do Cariri, 2018. 14p.

ANAIS, XI Congresso Internacional Artefatos da Cultura Negra. **Contra a pandemia do racismo e pelo bem viver: redes de lutas antirracistas no século XXI**, 21 de setembro a 02 de outubro de 2020 / Coordenação do Caderno de Anais Cícera Nunes, Joubert de Albuquerque Arrais, Kássia Mota Sousa, diagramação Pedro Jácome de Carvalho. – Juazeiro do Norte: UFCA, 2020.

BÂ, Amadou Hampâté, 1900 – 1991. **Amkoullel, o menino fula**. Amadou Hampâté Bâ; Tradução Xina Smith de Vasconcellos. – São Paulo: Palas Athena: Acervo África, 2013.

BARBOSA, Maria Carmem Silveira. **Por amor e por força: rotinas na Educação Infantil**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

BONDIOLI, Anna; SÁVIO, Donatella. **Participação e qualidade em educação da infância: percursos de compartilhamento reflexivo em contextos educativos**. Contribuições de Francesca D' Alfonso... [et al.]; tradução de Luiz Ernani Fritoli. – Curitiba: Ed. UFPR, 2013.

BRANDÃO, Ana Paula; SANTOS, Kátia; [organizadoras]. **Saberes e fazeres:** caderno de metodologia. -- 1. ed. -- Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2015. -- (Coleção Kit pedagógico: Projeto A Cor da Cultura).

BRANDÃO, Ana Paula; SANTOS, Kátia; [organizadoras]. **Saberes e fazeres:** Caderno de textos. -- Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2015. -- (Projeto A Cor da Cultura).

BRANDÃO, Ana Paula. **Memória das palavras/** Coordenação do projeto Ana Paula Brandão. – Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília, 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Lei Federal de 05/10/1988. Brasília Senado Federal, 2000.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP nº. 01, de 17 de junho de 2004. Institui **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.** Brasília, DF: MEC, 2004.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. Secretaria da Promoção de Políticas da Igualdade Racial. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana.** Brasília, 2004.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).** Lei Federal nº 9.394, de 26/12/1996.

BRASIL. **Lei 10.639 de 9 de janeiro de 2003.** D.O.U. de 10 de janeiro de 2003.

BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 5/2009. Fixa as **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.** Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação Básica. Brasília, 17 dez. 2009. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em: 4 out. 2015.

BRASIL. **Educação Infantil e práticas promotoras de igualdade racial.** / [coordenação geral Hédio Silva Jr., Maria Aparecida Silva Bento, Silvia Pereira de Carvalho]. -- São Paulo : Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades – CEERT: Instituto Avisa lá – Formação Continuada de Educadores, 2012.

BRASIL. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.** Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2019 / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. Estudos e Pesquisas. Informação Demográfica e socioeconômica. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar:** racismo, preconceito e discriminação na educação infantil. – 6. Ed., 7ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2021.

COELHO, Wilma de Nazaré Baía; RÉGIS, Kátia Evangelista; SILVA, Carlos Aldemir Farias da. Lugar da educação das relações étnico-raciais nos projetos político-pedagógicos de duas escolas paraenses. **Revista Exitus**, Santarém/PA, v. 11, p. 01-24, E-location 020129, 2021.

CUNHA JUNIOR, H. A. **Ntu**. Revista Espaço Acadêmico, v. 9, n.108, maio, 2010.

DIAS, Lucimar Rosa. **Formação de professores, educação infantil e diversidade étnico-racial**: saberes e fazeres nesse processo. *Rev. Bras. Educ.* [online]. 2012, vol.17, n.51, pp.661-674. ISSN 1413-2478. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782012000300010>. Acesso em: 11 jul. 2022.

EDWARDS, Carolyn; GANDINI, Lella; FORMAN, George. **As cem linguagens da criança**. A abordagem de Reggio Emília na educação da primeira infância. Porto Alegre: Artmed, 1999.

FARIA, Vitória Libia Barreto de. **Currículo na educação infantil**: diálogos com os demais elementos da Proposta Pedagógica. 2. Ed., [ver. e ampl.] – São Paulo: Ática, 2012.

FERREIRA, E. dos S.; VIEIRA, J. J.; VIEIRA, A. L. C. **Relações étnico-raciais e saberes docentes na Escola de Educação Infantil da Universidade Federal do Rio de Janeiro**. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, Araraquara, v. 15, n. 1, p. 236-252, jan./mar. 2020. e-ISSN: 1982-5587. DOI: <https://doi.org/10.21723/riace.v14i4.10006>

FINCO, D.; BARBOSA, M. C. S.; FARIA, A. L. G. **Campos de experiências na escola da infância**: contribuições italianas para reinventar um currículo de educação infantil brasileiro. Campinas, SP: Edições Leitura Crítica, 2015.

FOCHI, Paulo. **Afinal, o que os bebês fazem no berçário?** : comunicação, autonomia e saber-fazer de bebês em um contexto de vida coletiva. Porto Alegre: Penso, 2015.

FRANÇA, Rodrigo. **O pequeno príncipe preto para pequenos**. Rodrigo França; ilustrações de Juliana Barbosa Pereira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2020.

FREIRE, Paulo, **Educação como prática da liberdade**. 14 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

GÓES, M. S.; ROSA, T. G. FORMAÇÃO DE PROFESSOR(ES): ensino da arte para as relações étnico-raciais na Educação Infantil. **Revista Espaço do Currículo**, [S. l.], v. 14, n. 1, p. 1–13, 2021. DOI: 10.22478/ufpb.1983-1579.2021v14n1.54031. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/rec/article/view/54031>. Acesso em: 11 jul. 2022.

LEITE, Fábio. Valores Civilizatórios em sociedades negro-africanas. **África**: Revista do Centro de Estudos Africanos. USP, S. Paulo, 18- 19 (1): 103- 118, 1995/1996.

MARTINS, E.; DE LOURENÇO, E. A. G. Relações étnico-raciais e a questão da deficiência na literatura infantil brasileira: uma experiência em formação de professores. **Educação**, [S. l.], v. 38, n. 1, p. 205–218, 2013. DOI: 10.5902/1984644444065. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/4065>. Acesso em: 11 jul. 2022.

MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa; CÂMARA, Michelle Januário. Reflexões sobre currículo e identidade implicações para a prática pedagógica. In: Moreira, Antonio Flávio,

CANDAL, Vera Maria (orgs.) **Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas**. Petropolis, RJ: Vozes, 2008.

MONTEIRO, R. B. A importância da gestão democrática para a Implementação das políticas curriculares de ação afirmativa e sua relação com a formação de gestores. **Laplage em Revista (Sorocaba)**, vol.5, n.Especial, set.- dez. 2019, p.71-82 ISSN:2446-6220.

MUNANGA, K. (Org.) **Superando o racismo na escola**. Brasília: MEC, 2005.

NUNES, C.. Narrativas de mulheres negras: cultura de base africana e educação no Cariri cearense. **REVISTA BRASILEIRA DE PESQUISA (AUTO)BIOGRÁFICA**, v. 06, p. 1070-1083, 2021.

NUNES, C.; SANTANA, J. C.; FRANCO, N. H. R. Epistemologias negras e educação: relações étnico-raciais na formação do(a) pedagogo(a). **Roteiro**, [S. l.], v. 46, p. e26314, 2021.DOI:10.18593/r.v46i.26314. Disponível em: <https://periodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/26314>. Acesso em: 13 set. 2022.

PASSOS, M. C. A. dos; PINHEIRO, B. C. S. Do epistemicídio à insurgência: o currículo decolonial da Escola Afro-Brasileira Maria Felipa (2018-2020). **Cadernos de Gênero e Diversidade**, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 118–135, 2021. DOI: 10.9771/cgd.v7i1.43442. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/43442>. Acesso em: 29 jul. 2022.

PINHEIRO, Adriana de Alencar Gomes.. [et al.]. **Educa(ações) no cariri cearense [livro eletrônico]**: história do protagonismo feminino. Rio de Janeiro, RJ: e-Publicar, 2022.

RINALDI, Carla. **Diálogos com Reggio Emília: escutar, investigar e aprender**. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. – 23. ed. e atual. – São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. **Educação das Relações Étnico-Raciais nas instituições escolares**. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, Vol.34, No.69: 123-150, Maio/Junho 2018.

SILVA, Gisele Rose da. **Azoilda Loretto da Trindade: o baobá dos valores civilizatórios afro-brasileiros**. 1. ed. – Rio de Janeiro: Metanoia, 2021.

SOUSA, J. R. de; SANTOS, S. C. M. dos. Análise de conteúdo em pesquisa qualitativa: modo de pensar e de fazer. **Pesquisa e Debate em Educação**, [S. l.], v. 10, n. 2, p. 1396–1416, 2020. DOI: 10.34019/2237-9444.2020.v10.31559. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/RPDE/article/view/31559>. Acesso em: 17 fev. 2024.

SOUZA, Edmacy Quirina de; DINIS, Nilson Fernandes. **Formação docente, relações étnico-raciais e educação infantil**. Laplage em Revista, Sorocaba. vol. n.Especial. p.38-54, set.-dez. 2018.

SOUZA, Evânia Leiros de et al. **Pesquisa em saúde coletiva**. Natal, RN: EDUFRN, 2018. Disponível em: <http://repositorio.ufrn.br>. Acesso em: 12 de set. 2022.

OLIVEIRA, Kiusam de. **Com qual penteado eu vou?** / Kiusam de Oliveira; ilustração Rodrigo Andrade. – 1. ed. – São Paulo: Editora Melhoramentos, 2021.

TRINDADE, Azoilda Loretto da. **Valores civilizatórios afro-brasileiros na Educação Infantil**. In.: *Valores afro-brasileiros na Educação*. Boletim, v. 22, 2005. p. 30-36. (Salto para o Futuro).

TRINDADE, Azoilda Loretto da. **Fragmentos de um discurso sobre afetividade**. In.: BRAN-DÃO, Ana Paula. *Saberes e fazeres: modos de ver*. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2006. p. 101-112. (A cor da cultura; v.1).

ULISSES, S. R. A. F. **Diversidade na primeira infância**: escuta das crianças de uma turma multisseriada localizada no sítio Limoeiro em Ouricuri-PE. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Regional do Cariri.

APÊNDICE A – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

PERGUNTAS GERADORAS / GRUPO FOCAL

1. Como o Projeto Político-Pedagógico pode contribuir com as relações étnico-raciais na Educação Infantil?
2. Por que os valores civilizatórios afro-brasileiros precisam compor os projetos desenvolvidos na Educação Infantil?
3. Qual a relação entre minha história de vida e as relações étnico-raciais?

A - PERFIL DO ENTREVISTADO

1 Cargo:

(x) Servidor () Bolsista () Estagiário () Terceirizado

Divisão/Unidade em que trabalha: EMEI Professora Francisca Letícia do Amaral Brasileiro

2 Faixa Etária:

() Até 19 anos () 25 – 29 anos (x) 35 – 39 anos (x) 45 – 49 anos
 () 20 – 24 anos () 30 – 34 anos (x) 40 – 44 anos (x) Acima de 50 anos

3 Sexo:

(X) Feminino () Masculino

4 Há quanto tempo trabalha na instituição?

() Há menos de 1 ano () Entre 5 e 9 anos (x) Entre 15 e 19 anos
 (x) Entre 1 e 4 anos () Entre 10 e 14 anos (x) Há mais de 20 anos

5 Nível de escolaridade:

() Fundamental () Médio () Técnico
 () Graduação () Graduação em andamento Curso: _____
 (x) Especialização () Especialização em andamento
 () Mestrado () Mestrado em andamento Área: _____
 () Doutorado () Doutorado em andamento Área: _____

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, Sara Raquel de Alencar Ferreira Ulisses, portadora do RG 2003034014409, professora da rede municipal de Juazeiro do Norte na escola EMEI Francisca Letícia do Amaral Brasileiro estou realizando uma pesquisa intitulada Diversidade Étnico-Racial na Educação Infantil: dialogando com o projeto político-pedagógico e a formação docente, que tem como objetivo investigar como a proposta político-pedagógica da escola pode traçar diretrizes políticas, epistemológicas e pedagógicas para o trabalho com a diversidade étnico-racial na Educação Infantil. Este objetivo se desdobrará em três objetivos específicos: i) analisar concepções que as profissionais têm sobre diversidade étnico-racial na EI; ii) refletir sobre os processos de formação docente voltados a diversidade étnico-racial na primeira infância; e, iii) propor um PPP (Projeto Político-Pedagógico) que garanta os direitos de aprendizagem e o desenvolvimento infantil, no que cerne a diversidade étnico-racial. Os objetivos mencionados permitirão investigar se o PPP, assim como as concepções e práticas pedagógicas das profissionais de EI da EMEI Francisca Letícia do Amaral Brasileiro, são coerentes com a diversidade étnico-racial na primeira infância. Para isso, estou desenvolvendo um estudo que consta das seguintes etapas: estudo de caso, baseado em um grupo focal formado por oito profissionais da EMEI Francisca Letícia do Amaral Brasileiro, contribuindo com reflexões frente à diversidade étnico-racial na primeira infância, assim abrindo caminhos para reformulações do Projeto Político-Pedagógico desta instituição.

Por essa razão, você está sendo convidado(a) a participar dessa pesquisa. Sua participação consistirá em encontrar-se com as professoras das turmas do Infantil IV e V da EMEI Francisca Letícia do Amaral Brasileiro, objetivando: i) Promover autorreflexão da postura docente frente à diversidade étnico-racial na primeira infância; ii) Pensar formas de o Projeto Político-Pedagógico da Educação Infantil contemplar a diversidade étnico-racial em sua proposta curricular; iii) Planejar o desenvolvimento de projetos e atividades voltados à diversidade na primeira infância; e, iv) Identificar materiais, suportes e recursos didáticos que enfatizem as características étnico-raciais das crianças. Vivenciaremos quatro encontros mediante um Grupo focal, desenvolvido a partir de temas geradores, se assim todos os participantes concordarem. O procedimento utilizado será mediante rodas de conversa. Esse poderá trazer algum desconforto do tipo cansaço, desmotivação ou desinteresse em participar do diálogo. O tipo de procedimento apresenta um risco mínimo que será reduzido mediante a

exposição do nosso projeto às professoras, assim como do passo a passo das etapas da pesquisa, seus objetivos e/ou interesses em tratar das relações étnico raciais das crianças. Reconhecendo que “Toda pesquisa com seres humanos envolve risco em tipos e gradações variados” conforme orienta a Resolução N° 466/2012, Cap. V – dos Riscos e Benefícios, esta pesquisa assegura aos participantes que, se por acaso, o procedimento utilizado no estudo traga algum desconforto ou sejam detectadas alterações que necessitem de assistência imediata ou tardia, eu, Sara Raquel de Alencar Ferreira Ulisses, serei a responsável por intervir de forma oportuna na situação e; com a cooperação da coletividade, isto é, com o auxílio dos demais participantes da pesquisa.

Os benefícios esperados com o estudo são no sentido de promover reflexões das profissionais de Educação Infantil da instituição envolvida, para que pensem sobre as relações étnico-raciais na primeira infância e ajam em virtude da reformulação do Projeto Político-Pedagógico. A princípio, os benefícios desta pesquisa ocorrerão nas rodas de conversa, a partir das trocas de experiências, questionamentos, sugestões e ressignificações da temática abordada. Mais adiante, as professoras poderão expressar seus sentimentos mediante cartas que farão relacionando a temática em questão com suas histórias de vida; por último, espera-se que possam reformular o PPP do seu local de trabalho e adquirirem uma postura mais consciente e comprometida em zelar pelas especificidades étnico-raciais dos bebês e das crianças na Educação Infantil.

Todas as informações que você nos fornece serão utilizadas somente para esta pesquisa. Suas respostas e dados pessoais coletados serão confidenciais e o seu nome não aparecerá nas observações que faremos e nem quando os resultados forem apresentados.

Sua participação em qualquer tipo de pesquisa é voluntária. Caso aceite participar, não receberá nenhuma compensação financeira. Também não sofrerá qualquer prejuízo se não aceitar ou desistir após ter iniciado sua participação em nossa pesquisa.

Se tiver alguma dúvida a respeito dos objetivos da pesquisa e/ou dos métodos utilizados, pode procurar Sara Raquel de Alencar Ferreira Ulisses, residente na Rua Maria Sidrim, nº 100, Bairro Palmeiral, Crato, CE, ou pelo celular: (87) 998105779 e também no E-mail: sara.raquel@urca.br, nos seguintes horários: pela manhã das 8h às 11h e pela tarde das 14h às 17h. Se desejar obter informações sobre os seus direitos e os aspectos éticos envolvidos na pesquisa poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa - CEP, da Universidade Regional do Cariri, localizado à Rua Coronel Antônio Luiz, 1161, 1º andar, Bairro Pimenta, CEP 63.105-000, telefone (88) 3102.1212, ramal 2424, Crato, CE.

Se o(a) Sr.(a) estiver de acordo em participar, deverá preencher e assinar o Termo de Consentimento Pós-esclarecido que se segue e receberá uma cópia deste Termo.

TERMO DE CONSENTIMENTO PÓS-ESCLARECIDO

Pelo presente instrumento que atende às exigências legais, o Sr.(a)_____ declara que, após leitura minuciosa do TCLE, teve oportunidade de fazer perguntas, esclarecer dúvidas que foram devidamente explicadas pelos pesquisadores, ciente dos serviços e procedimentos aos quais será submetido e, não restando quaisquer dúvidas a respeito do lido e explicado, firma seu CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO em participar voluntariamente desta pesquisa.

E, por estar de acordo, assina o presente termo.

Cidade, _____ de _____ de _____.

Assinatura do participante

OU

Representante legal

Impressão dactiloscópica

Assinatura do Pesquisador